

Secretaria do Planejamento e Gestão

# RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA DO ESTADO DO CEARÁ

3° QUADRIMESTRE/2009

### Governo do Estado do Ceará Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira - COTEF

## RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA

### Governo do Estado do Ceará Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira - COTEF

**Desirée Mota** Secretária

Reno Ximenes Secretário Adjunto

**Lúcia Cidrão** Secretária Executiva

Mário Fracalossi Júnior Coordenador

Elaboração:

Mário Fracalossi Júnior Regis de Albuquerque Silva Débora Varela Magalhães Ilara Naquel Siqueira Moura

> Capa: Julian Marlos

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG Centro Administrativo Governador Virgílio Távora

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima - Ed. SEPLAN - 2° andar

Cambeba - CEP: 60.830-120 - Fortaleza-CE

www.seplag.ce.gov.br

Fone: (85) 3101.4526/4492/3848

Fax: (85) 3101.4514

E-mail: cotef@seplag.ce.gov.br

## ÍNDICE

ÍNDICE	4
SIGLAS	8
APRESENTAÇÃO	10
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10
Transportador de Correia do TSID – 1ª e 2ª etapas	25
Carregador de Placas do TMUT	26
COPA 2014 – Estádio Castelão	26
Urbanização da Favela do Dendê	
Projeto Rio Cocó	
Estações do Metrô de Fortaleza	
VLT Parangaba-Mucuripe	
PRODETUR NACIONAL – CEARÁ - Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo	
Desenvolvimento Urbano de Pólos Regionais (Cidades do Ceará II)	
Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (SÃO JOSÉ III)	32
Programa de Valorização Turística do Litoral Oeste - PROINFTUR	34
Aquário do Ceará	35
CONVÊNIOS DE RECEITAS E CONTRATOS DE REPASSE	40
COOPERAÇÃO NÃO-REEMBOLSÁVEL	47
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
ANEXOS	
ANEXO 1. DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO ATIVAS	59
Pró-Moradia:	
Pró-Saneamento:	
Caminho da Escola	
Aproveitamento do Potencial Hidroagrícola do Estado do Ceará:	
Infra-estrutura Pública para o Aquiraz Resort:	
METROFOR - Trem Metropolitano de Fortaleza:	
Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrin	
das Administrações Estaduais – PMAE	
Terminal de Múltiplo Uso - TMUT	61
PRODETUR II - Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (BNB/BID):	
PROARES II	62
Programa Rodoviário – Ceará III	62
Projeto Melhoria e Expansão da Assistência Especializada à Saúde do Estado do Ceará	
SANEAR II - Programa de Infra-estrutura Básica e Saneamento do Estado do Ceará :	
Projeto de Apoio a Inclusão Social e ao Crescimento Econômico no Ceará (Operação SWAP - Sect	or
Wide Approach)	
Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará (Cidades do Ceará - Cariri Central)	64
Projeto de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos do Ceará (PROGERIRH II) - Financiamento	
Adicional	
Programa de Saneamento Básico do Ceará II – Saneamento Rural:	
Modernização Laboratorial para Fortalecimento da Pesquisa e Inovação Tecnológica, Prestação d Serviços, Certificação e Metrologia no Estado do Ceará:	
ANEXO 2. GESTORES DO ESTADO RESPONSÁVEIS PELOS PROJETOS FINANCIADOS	66

### ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS NOS DESEMBOLSOS FUTUROS DAS OPERAÇÕES ATIVAS (R\$ MIL)1
GRÁFICO 2 - PARTICIPAÇÃO DAS IF NOS DESEMBOLSOS FUTUROS DAS OPERAÇÕES ATIVAS (%)1
GRÁFICO 3 – RECURSOS DESEMBOLSADOS POR ÓRGÃO – JAN A DEZ/2009 (%)1
GRÁFICO 4 – RECURSOS DESEMBOLSADOS POR IF – JAN A DEZ/2009 (%)1
GRÁFICO 5 – PARTICIPAÇÃO DAS IF NAS NOVAS OPERAÇÕES (EM R\$ MIL)2
GRÁFICO 6 - CONVÊNIOS: SITUAÇÃO DAS PROPOSTAS X VALOR DO CONCEDENTE (R\$ MIL)
GRÁFICO 7 – CONVÊNIOS: PROPOSTAS EM ANÁLISE – VALOR POR PROPONENTE (R\$MIL) 4
GRÁFICO 8 – CONTRATO DE REPASSE: SITUAÇÃO DAS PROPOSTAS X VALOR DO CONCEDENTE (R\$ MIL)4
GRÁFICO 9 – CONTRATOS DE REPASSE: PROPOSTAS EM ANÁLISE – VALOR POR PROPONENTE (R\$ MIL)4
GRÁFICO 10 – RECURSOS ORIUNDOS DOS CONVÊNIOS DE RECEITA – POR CONCEDENTE (%)4
NDICE DE TABELAS
TABELA 1 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO ATIVAS (R\$ MIL)1
TABELA 2 – CONTRATOS PRÓ-MORADIA (R\$ MIL)1

## Íľ

TABELA 1 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO ATIVAS (R\$ MIL)	12
TABELA 2 – CONTRATOS PRÓ-MORADIA (R\$ MIL)	14
TABELA 3 – CONTRATOS PRÓ-SANEAMENTO (R\$ MIL)	15
TABELA 4 – RECURSOS DESEMBOLSADOS POR PROJETO JAN A AGODEZ/2009 (R\$ MIL)	16
TABELA 5 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (R\$ MIL)	18
TABELA 6 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO A CONTRATAR (R\$ MIL)	22
TABELA 7 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS A CONTRATAR – STATUS	23
TABELA 8 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS A CONTRATAR – STATUS	23
TABELA 9 – POSIÇÃO DOS CONVÊNIOS DE RECEITA CELEBRADOS (R\$ MIL)	43
TABELA 10 – CONVÊNIOS DE RECEITAS VIGENTES: TOTAIS POR CONCEDENTE (R\$1,00)	<b>4</b> 4
TABELA 11 – CONVÊNIOS DE RECEITAS VIGENTES: CONVENENTE (R\$1,00)	45
TABELA 12 - ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA NÃO REEMBOLSÁVEL (US\$ MIL)	
TABELA 13 - SWAP II – PROGRAMAS DE DESPESAS ELEGÍVEIS	63

## **SIGLAS**

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNB - Banco do Nordeste do Brasil S/A

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará

CAIXA - Caixa Econômica Federal

CGPPP - Comitê Gestor de Parceria Público-Privada

CIPP - Complexo Industrial e Portuário do Pecém

COFIEX - Comissão de Financiamentos Externos

CONDEMAS - Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente

COTEF – Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira

DER – Departamento de Edificações e Rodovias

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GEF - Global Environment Facility

GTP – Grupo Técnico de Parcerias

IDS – Índice de Desenvolvimento Social

IF - Instituição Financeira

JICA – Japan International Cooperation Agency

JSF - Japan Special Fund

KfW - Kreditanstalt für Wiederaufbau;

LOA - Lei Orçamentária Anual

METROFOR – Trem Metropolitano de Fortaleza

MLW Intermed Handels - und Consultinggesellschaft für Erzeugnisse und Ausrüstungen des Gesundheits- und Bildungswesens mbH (MLW Intermed GmbH);

PAF - Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal

PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

PHRD - Japan Policy and Human Resources Development Fund

PMAE - Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais

PNAGE – Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal

PPA – Plano Plurianual

PPP - Parceria Público-Privada

PROARES - Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará.

PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste

PROGERIRH - Programa de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos

RMF – Região Metropolitana de Fortaleza

SACC – Sistema de acompanhamento de contratos e convênios

SDA - Secretaria de Desenvolvimento Agrário

SEFAZ – Secretaria da Fazenda

SEJUS – Secretaria da Justiça

SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente

SESPORTE – Secretaria do Esporte

SIAP – Sistema de Acompanhamento de Programas

SICONV - Portal dos Convênios do Governo Federal

SISAR – Sistema Integrado de Saneamento Rural

SPED – Sistema Público de Escrituração Digital

STDS – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SWAP – Sector Wide Approach Project

TGAN – Terminal de Gás Natural

TMUT – Terminal de Múltiplo Uso

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UFC – Universidade Federal do Ceará

UGP - Unidade de Gerenciamento do Programa

UVA – Universidade Vale do Acaraú

WebMapp - Sistema de Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários

## **APRESENTAÇÃO**

O presente Relatório é uma publicação elaborada pela Coordenadoria de Cooperação Técnico-financeira - COTEF da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará – SEPLAG e apresenta as principais informações acerca da captação de recursos realizada pelo Estado do Ceará.

Este relatório aborda a carteira de financiamentos do Estado do Ceará, detalhando sua composição atual, desembolsos realizados, execução orçamentária e programação de novas contratações. Inclui, ainda, informações sobre os convênios que representam receitas oriundas de transferências voluntárias para o Estado e, também, sobre Acordos de Cooperação Técnica mantidos com entidades nacionais, organismos multilaterais e/ou agências bilaterais. E a novidade consiste nas informações sobre o Programa Estadual de Parceria Público-Privada.

Os financiamentos que se encontram em fase de desembolso compõem a carteira ativa do Estado do Ceará representada neste relatório. São retratados apenas aqueles contratos firmados pela administração direta.

Ao final do ano, após algumas contratações e redefinições de projetos, a proposta para a renegociação com a União, no âmbito do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF, passou a prever para 2010 a contratação de dezesseis novas operações de crédito, das quais cinco serão apoiadas por Bancos Linternacionais, totalizando US\$ 633,5 milhões, e onze por instituições financeiras nacionais, totalizando R\$ 1.871,3 milhões. Do total de projetos, três já haviam sido submetidos à apreciação da STN/MF para fins de autorização à luz dos limites e condições da legislação vigente, em especial da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, quais sejam:— Centro de Eventos do Ceará, Projeto Rio Cocó e Urbanização da Favela do Dendê. As situações A situação da análise dos pleitos encaminhados para a das operações de erédito em análise pela STN poderão podem ser acompanhadas pelo sítio site http://www.tesouro.fazenda.gov.br/.

Com relação aos convênios de receita e aos contratos de repasse, o Estado do Ceará tinha eadastradocadastrou 168 propostas no SICONV, as quais encontram-se em diversas fases, totalizando R\$724,3 milhões. Em relação àquelesQuanto aos convênios que se encontravam em execução, 113 eonvênios-foram cadastrados e validados no SACC, estavam em execução, totalizando R\$ 2,7 bilhões. O saldo a desembolsar pelo Governo Federal para esses convênios representa cerca de R\$ 3,5 bilhões.

A cooperação técnico-financeira <u>não reembolsável</u> <u>eom o Estado do Ceará registrava quatro projetos em negociação, voltadosestá representada por quatro projetos</u> para o apoio ao Cidades do Ceará II, ao PROARES II e ao Programa CEARÁ III, além de outros dois em fase execução: i - Projeto Mata Branca, que conta com a doação de US\$ 10 milhões do GEF; ii - Preparação do Programa Cidades do Ceará I, de US\$ 850 milhões do PHRD/BIRD.

Em relação ao Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas/PPP, são apresentadas as informações sobre os projetos da PPP Castelão e o da PPP Vapt-Vupt, que serão contratados contratadas pelas Secretarias do Esporte e da Justiça, respectivamente.

O presente relatório se encontra disponível para consulta no site da Secretaria do Planejamento e Gestão do Ceará – SEPLAG (<u>www.seplag.ce.gov.br</u>).

Mário Fracalossi Júnior

Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira Coordenador

## **O**PERAÇÕES DE CRÉDITO

Os investimentos realizados pelo Estado do Ceará recebem relevante reforço financeiro das operações de crédito celebradas com as diversas instituições financeiras nacionais e internacionais. Dados do de Gestão Fiscal referente quadrimestre/2009 indicam uma Dívida Consolidada (DC) de R\$ 3,3 bilhões e uma Dívida Consolidada Líquida (DCL) de R\$ 1,4 bilhão, o que representa 39,58% e 16,93%, respectivamente, da Receita Corrente Líquida (RCL). Esses dados indicam uma confortável capacidade de endividamento do Estado no presente momento, uma vez que o limite estabelecido no inciso III, do art. 3°, da Resolução n° 40/2001 do Senado Federal, admite que a relação DCL/RCL atinja 200%. E eles Esses índices ganham relevância ao compará-los com dos dadosos valores do 3º quadrimestre/2008, que foram de 48,3% e 23,55%, respectivamente, da RCL.

A carteira ativa de operações de crédito do Estado do Ceará é composta por aquelas em fase de desembolso, contratadas pela administração direta, além de uma operação contratada pela CAGECE, com a garantia do Estado. Os contratos firmados pela CAGECE, sem a interveniência ou garantia do Estado, não são abordados neste relatório.

Todos os mútuos da administração direta constam do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/PAF celebrado com a União, cuja última revisão foi formalizada em julho/2009.

#### Projetos financiados:

19 + 1 = 20

(10 Internas e 10 Externas)

#### Total Contratado: ≅R\$ 2.540 bilhões

R\$1.079,4 milhões + US\$826,9 milhões + € 8,7 milhões

A desembolsar:

≅R\$ 1,67 bilhão

## 1.1. Operações de Crédito Ativas

No período compreendido entre setembro e dezembro de 2009, o Estado do Ceará celebrou sete novos contratos, conforme a seguir:

- a) um com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES destinado a conceder colaboração financeira ao Estado do Ceará, no âmbito do Programa Emergencial aos Estados e ao Distrito Federal PEF I, ao amparo da Resolução CMN n° 3.716/09 valor: R\$293.476.000,00 (duzentos e noventa e três milhões quatrocentos e setenta e seis mil reais);
- b) um com a Caixa Econômica Federal CAIXA destinado à aquisição de ônibus escolares para alunos da zona rural, no âmbito do Programa Caminho da Escola do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE valor: R\$39.897.000,00 (trinta e nove milhões oitocentos e noventa e sete mil reais);
- c) dois com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, sendo: o de primeiro para 0 financiamento complementares do Projeto de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos/PROGERIRH II – Financiamento Adicional - valor: US\$ 103.000.000,00 (centro e três milhões de dólares) e o segundo focado no desenvolvimento da região do Cariri, consubstanciado no Programa Cidades do Ceará -Cariri Central – valor: US\$ 46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de dólares);
- d) três com o Banco Interamericano Desenvolvimento – BID, sendo: o primeiro destinado à realização de obras complementares e aquisições de equipamentos para o Hospital Regional Norte/HRN (Sobral), 9 (nove) policlínicas tipo 2 e 11 (onze) Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, bem como o desenvolvimento de sistema integrado das unidades de saúde – valor: US\$ 77.000.000,00 (setenta e sete milhões de dólares); o segundo contemplará o PROARES II relacionado à prestação de serviços básicos para crianças e jovens de 0 a 25 anos, com ações de educação, lazer, esporte, cultura. iniciação profissional, proteção jurídico-social e medidas socioeducativas – valor: US\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dólares); e, o último,

que financiará obras de infraestrutura rodoviária no âmbito do Programa Rodoviário do Ceará – CEARÁ III – valor: R\$158.620.000,00 (cento e cinqüenta e oito milhões seiscentos e vinte mil dólares).

Com a celebração desses novos contratos, a carteira de operações de crédito ativas da administração direta encerrou o período composta por vinte projetos, sendo metade financiada por instituições nacionais e a outra por bancos estrangeiros, que totalizam cerca de R\$ 2,4 bilhões, considerando-se a conversão da moeda estrangeira pela cotação do dia 31/12/2009¹. Somando-se o valor do financiamento contratado diretamente pela CAGECE, com garantia do Governo Estadual, esse total alcança R\$ 2,54 bilhões.

A Tabela 1 detalha a carteira e apresenta uma estimativa de desembolsos futuros, tendo como base dados da SEFAZ, SEPLAG e CAGECE.

Tabela 1 – Operações de Crédito Ativas (R\$ mil)

SETORIAL	PROJETO	FINAL DESEMB.	AGENTE FINANC.	CONTRATAÇ	ÃO – TOTAL	DESEMBOLS 31/DEZ		SALDO – ATÉ	31/DEZ/2009
		(MÊS/ANO)	FINANC.	R\$ mil	US\$ / € mil	R\$ mil	US\$ / € mil	R\$ mil	US\$ / € mil
Operações Interna	is em R\$			R\$ 1.079.396		R\$ 571.710		R\$ 507.686	
CIDADES	PRÓ-MORADIA	12/10	CAIXA	R\$ 49.797		R\$ 32.696		R\$ 17.101	
CIDADES	PRÖ-SANEAMENTO	12/11	CAIXA	R\$ 23.253		R\$ 13.215		R\$ 10.039	
SEDUC	CAMINHO DA ESCOLA	06/10	CAIXA	R\$ 39.897		R\$ 0		R\$ 39.897	
SDA	APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA	12/11	BNDES	R\$ 41.730		R\$ 10.089		R\$ 31.641	
SEFAZ	PMAE	07/10	BNDES	R\$ 17.740		R\$ 0		R\$ 17.740	
SEPLAG	PEF I	12/10	BNDES	R\$ 293.476		R\$ 293.476		R\$ 0	
SEINFRA	METROFOR	06/11	BNDES	R\$ 142.333		R\$ 25.000		R\$ 117.333	
SEINFRA	TMUT	07/11	BNDES	R\$ 275.729		R\$ 77.148		R\$ 198.581	
SETUR	INFRAESTRUTURA PÚBLICA AQUIRAZ	06/11	BNDES	R\$ 55.000		R\$ 31.050		R\$ 23.950	
SETUR	PRODETUR II	07/10	BNB	R\$ 140.440		R\$ 89.036		R\$ 51.404	
Operações Exte				R\$ 1.287.416	US\$ 726.871	R\$ 221.227	US\$ 116.893	R\$ 1.066.189	US\$ 609.978
Operações Exte					€ 8.690		€ 1.174		€ 7.516
CIDADES	SANEAMENTO RURAL	12/13	KFW	R\$ 21.788	€ 8.690	R\$ 2.953	€1.174	R\$ 18.835	€ 7.516
SECITECE	MODERNIZAÇÃO LABORATORIAL	07/10	MLW	R\$ 28.295	US\$ 16.250	R\$ 16.001	US\$ 9.190	R\$ 12.293	US\$ 7.060
CIDADES	CIDADES DO CEARÁ - Cariri Central	12/14	BIRD	R\$ 80.095	US\$ 46.000	R\$ 0	US\$ 0	R\$ 80.095	US\$ 46.00
SEPLAG/IPECE	SWAP II	04/12	BIRD	R\$ 417.888	US\$ 240.000	R\$ 193.808	US\$ 102.958	R\$ 224.080	US\$ 137.042
SRH	PROGERIRH II - Financiamento Adicional	12/11	BIRD	R\$ 179.344	US\$ 103.000	R\$ 5.422	US\$ 3.024	R\$ 173.921	US\$ 99.976
SEINFRA	PROGRAMA RODOVIÁRIO - CEARÁ III	01/14	BID	R\$ 276.190	US\$ 158.620	R\$ 0	US\$ 0	R\$ 276.190	US\$ 158.620
SESA	SAÚDE	01/14	BID	R\$ 134.072	US\$ 77.000	R\$ 0	US\$ 0	R\$ 134.072	US\$ 77.000
STDS	PROARES II	12/13	BID	R\$ 78.354	US\$ 45.000	R\$ 0	US\$ 0	R\$ 78.354	US\$ 45.000
SEFAZ	PROFISCO	12/12	BID	R\$ 71.389	US\$ 41.000	R\$ 3.042		R\$ 68.347	US\$ 39.279
OPERAÇÕES CO	NTRATADAS (INTERNAS + EXTERNAS)			R\$ 2.366.811		R\$ 792.937		R\$ 1.573.874	
Garantias Conce	edidas			R\$ 174.120	US\$ 100.000	R\$ 80.044	US\$ 45.971	R\$ 94.076	US\$ 54.029
CAGECE	SANEAR II	09/12	BID	R\$ 174.120	US\$ 100.000	R\$ 80.044	US\$ 45.971	R\$ 94.076	US\$ 54.029
TOTAL DAS OPE	RAÇÕES CONTRATADAS + GARANTIAS CON	CEDIDAS		R\$ 2.540.931		R\$ 872.981		R\$ 1.667.950	

Fonte: SEFAZ, SEPLAG e CAGECE

<sup>(1)</sup> Não considera as operações do Pró-Saneamento IV, contratadas diretamente pela CAGECE, sem garantia do Tesouro Estadual.

<sup>(2)</sup> Operação não contemplada no anexo V do PAF, por se tratar de contratação direta da CAGECE. Previsão de desembolsos: Fonte SIAP/MAPP.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> BC/PTAX (venda) em 31/12/09: US\$\$ 1,00 = R\$ 1,7412 e € 1,00 = R\$ 2,5073.

Gráfico 1 - Participação dos Órgãos nos Desembolsos Futuros das Operações Ativas (R\$ Mil)

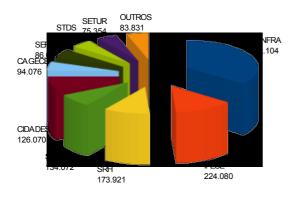
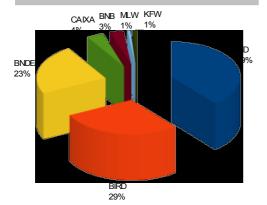


Gráfico 2 - Participação das IF nos desembolsos futuros das operações ativas (%)



Da expectativa de desembolsos totais, de R\$ 1,668 bilhão, cerca de 38% deverá ser realizado até o fim de 2010.

Os desembolsos futuros da carteira, distribuídos por Órgão e por instituição financeira (IF), estão ilustrados nos Gráficos 1 e 2, respectivamente. Dentre os órgãos com previsão de receber maior soma de recursos, destaca-se a SEINFRA, em decorrência das operações Programa Rodoviário do Ceará — Cidades III, METROFOR e TMUT, contratados, sendo a primeira com o BID e as demais com o BNDES. Os recursos externos proverão 70% do total dos ingressos.

As operações ao amparo dos Programas Pró-Moradia e Pró-Saneamento, financiadas pela Caixa Econômica Federal-CAIXA, com recursos do FGTS, estão detalhadas a seguir, por serem compostas de diversos contratos, em distintas fases de execução, com cronogramas de desembolsos distintos.

Com relação ao Programa Pró-Moradia, permanecem ativos sete contratos, detalhados na Tabela 2, que somam R\$ 44,4 milhões destinados a ações de urbanização na cidade de Fortaleza, com saldos a desembolsar de R\$ 16,5 milhões. O contrato Urbanização Maranguapinho Margem Direita, no valor de R\$5,4 milhões e saldo a desembolsar de R\$0,6 milhão, está suspenso por ordem judicial.

Tabela 2 – Contratos Pró-Moradia (R\$ mil)

DESCRIÇÃO	VALOR DO CONTRATO	SALDO A DESEMB.	N° CONTRATO
Litoral Oeste	R\$ 7.164	R\$ 782	15.6669-63
Urb. Canal Conjunto Ceará	R\$ 2.269	R\$ 223	15.6665-26
Projeto Farol Novo	R\$ 18.578	R\$ 10.569	15.6666-30
Costa Oeste II	R\$ 4.240	R\$ 779	59.856-33
Aristides Barcelos	R\$ 3.419	R\$ 924	59.863-71
Costa Oeste III	R\$ 5.356	R\$ 157	59.857-59
Lagoa do Coração	R\$ 3.416	R\$ 3.070	59.862-56
Urb. Maranguapinho Margem Direita	R\$ 5.355	R\$ 598	15.6663-07
	R\$ 49.797	R\$ 17.101	

Fonte: Secretaria das Cidades e Secretaria da Fazenda. Elaborado pela COTEF.

<sup>1.</sup> O contrato Urb. Maranguapinho – MD está suspenso por decisão judicial.

São oito os projetos ativos no âmbito do Programa Pró-Saneamento, todos financiados pela CAIXA, com recursos do FGTS, e geridos pela Secretaria das Cidades. Esses contratos, firmados em dezembro/2003, totalizam R\$ 23,2 milhões, conforme detalhado na Tabela 3. A estimativa de saldos totais a desembolsar para 2010 é de R\$ 10,04 milhões.

Tabela 3 – Contratos Pró-Saneamento (R\$ mil)

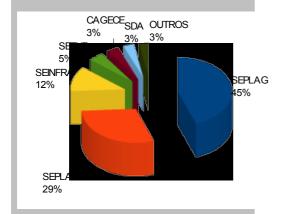
DESCRIÇÃO	VALOR DO CONTRATO	SALDO A DESEMB.	N° CONTRATO
Desenvolvimento Institucional I	R\$ 2.319	R\$ 537	15.6689-02
Desenvolvimento Institucional II	R\$ 4.919	R\$ 3.460	15.6686-71
Implantação SES Jericoacoara	R\$ 2.364	R\$ 1.009	15.6681-29
Implantação SES Granja	R\$ 2.117	R\$ 62	15.6691-44
Otimização SAA Apuiarés e Outros	R\$ 3.053	R\$ 1.263	15.6688-99
Reabilitação das SubAdutoras RMF	R\$ 5.403	R\$ 2.484	15.6685-67
Reabilitação SES Juazeiro do Norte	R\$ 783	R\$ 657	15.6692-59
DI Faturamento e Cobrança	R\$ 2.295	R\$ 566	15.6682-33
	R\$ 23.253	R\$ 10.039	

Fonte: Secretaria das Cidades e Secretaria da Fazenda. Elaborado pela COTEF.

Tabela 4 – Recursos Desembolsados por Projeto jan a agodez/2009 (R\$ mil)

PROGRAMA	CREDOR	VALOR
PEF, I	BNDES	293.476
SWAP II	BIRD	193.808
ТМФТ	BNDES	77.148
SANEAR II	BID	22.971
SÃO JOSÉ II	BIRD	17.723
PRODETUR	BNB	13.875
PRODETUR II	BNB	8.032
AQUIRAZ RESORT	BNDES	7.725
PROGERIRH II - ADICIONAL	BIRD	5.422
APROV. HIDROAGRÍCOLA	BNDES	3.463
MODERN. LABORATORIAL	MLVV	3.368
PROGERIRH II	BIRD	3.130
PROFISCO	BID	3.042
PRO-MORADIA	CAIXA	2.958
PRO-SANEAMENTO	CAIXA	1.456
SANEAMENTO BÁSICO	KFW	363
TOTAL		657.961

Gráfico 3 – Recursos Desembolsados por Órgão – jan a dez/2009 (%)



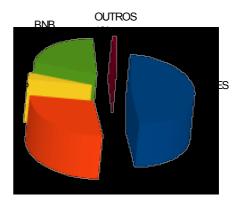
## 1.2. Desembolsos Realizados

Os desembolsos de recursos oriundos de operações de crédito em 2009 somaram cerca de R\$ 658,0 milhões. Para os valores desembolsados em moeda estrangeira foi feita a conversão para Reais nas datas de seus desembolsos, conforme apresentado na Tabela 4.

Dentre eles, destacam-se aqueles relativos ao Programa de Apoio aos Estados e ao Distrito Federal - PEF I/BNDES, no valor de R\$293,5 milhões e da Operação da operação-SWAP II/BIRD, no valor de US\$ 102,9 milhões, correspondendo, respectivamente, a 45 e 29% do total desembolsado.

Os gráficos 3 e 4, a seguir, ilustram a participação dos desembolsos totais por Secretaria/Órgão e por instituição financeira, respectivamente. Em relação ao Gráfico 3, "Outros" compreende SRH, SECITECE, CIDADES e SEFAZ. Já para o Gráfico 4, corresponde a CAIXA, MLW e KFW.

Gráfico 4 – Recursos Desembolsados por IF – jan a dez/2009 (%)



## Execução Orçamentária 3º Quadrimestre

## <u>Operações contratadas e A</u> <u>contratar</u>

LOA+Créditos: R\$1.790,1 milhões %Execução: 32,08%

#### <u>Operações Contratadas Adm. Direta</u> <u>e Indireta</u>

#### (Em Execução e Concluídas)

LOA+Créditos: R\$ 1.310,6 milhões %Execução: 43,8%

#### (A Iniciar)

LOA+Créditos: R\$ 168,4 milhões

#### Operações A contratar

LOA+Créditos: R\$ 311,1 milhões

## 1.3. Execução Orçamentária

Ao término do exercício 2009, os recursos orçamentários de Operações de Crédito, previstos na LOA e seus Créditos Adicionais totalizavam **R\$** 1,790 bilhões.

Tabela 5 estão detalhados valores Na OS orçamentários da administração direta para as operações em execução (R\$1.128,4mi), a iniciar execução (R\$168,4mi) e as encerradas (R\$27.0mi) no ano, totalizando R\$ 1.323,8 milhões. Somando-as às operações da CAGECE, garantidas pelo Estado, e que registraram previsão de receitas de R\$155,2 milhões, o total das operações ativas, a iniciar e concluídas foi de R\$1.479,0 milhões, o que representou 82,6% da previsão total das receitas de operações de crédito.

As operações em negociação figuraram na previsão orçamentária com valor total de R\$ 311,1 milhões, correspondendo a 17,4% do total de operações de crédito. Essa representatividade diminuiu em decorrência da assinatura dos 4 (quatro) contratos ao final de 2009, mas cuja execução não se iniciou por falta de tempo hábil para o atendimento das condições prévias pertinentes. Esse fato minimizou o impacto das previsões orçamentárias das operações a contratar no percentual de execução orçamentária, como se verá a seguir.

Dentre as operações da administração direta, a execução orçamentária (empenho) dos contratos ativos e concluídos representou **49,7%** da previsão orçamentária anual. Esse resultado representou uma melhora na performance da utilização dos recursos em relação a 2008, cujo percentual de execução orçamentária foi de 40,3%.

Tabela 5 – Execução Orçamentária das Operações de Crédito (R\$ mil)

R\$ mil Orçamento 2009 SECRETARIA AGENTE Lei+Crédito PROJETO Empenhado % Exec. RESPONSÁVEL **FINANCEIRO** (B / A) (A) (B) (A) Operações Internas e Externas: Em Execução, A Iniciar, Concluídas e A 1.634.857 574,289 35.1% Contratar – Administração Direta (1) Operações Internas e Externas em Execução 1.128.443 556.184 49,3% Operações Internas em Execução 698.316 438.849 62,8% 13.500 PRÓ-MORADIA 3.697 27,4% CAIXA CIDADES PRÓ-SANEAMENTO CAIXA 5.359 528 9,9% CAMINHO DA ESCOLA 35.736 44,2% SEDUC CAIXA 15.791 SDA APROVEITAMENTO HIDROAGR. BNDES 38.362 5.049 13,2% SEFAZ PMAE **BNDES** 13.740 12.829 93,4% SEPLAG PEF I (2) **BNDES** 322.589 293.404 91,0% METROFOR BNDES 50.000 0,0% Ω SEINFRA TMUT **BNDES** 148.452 75.047 50,6% INFRAESTRUTURA AQUIRAZ RESORT BNDES 17.656 30,7% 5.417 SETUR PRODETUR II BNB 52.922 27.088 51,2% 117.334 Operações Externas em Execução 430.127 27,3% 3.005 BID SEFAZ PROFISCO 110.808 2,7% SEPLAG/IPECE SWAP II BIRD 273.153 108.985 39,9% PROGERIRH-Crédito Adicional BIRD SRH 29.732 5.137 17,3% CIDADES SANEAMENTO RURAL KFW 10.594 0 0,0% SECITECE MODERNIZAÇÃO LABORATORIAL MLVV 5.840 207 3,6% Operações Externas A Iniciar 168.368 0,0% 0 SEINFRA PROGRAMA RODOVIÁRIO – CEARÁ III. BID 71.383 0 0,0% SESA SAÚDE BID 51.809 0 0,0% BID STDS PROARES II 27.518 0 0,0% CIDADES CIDADES DO CE – Cariri Central BIRD 17.658 0 0,0% Operações Internas e Externa a Contratar 311.078 Operações Internas a Contratar 122.642 CIDADES CONTRAPARTIDA CIDADES **BNDES** 8.342 SEINFRA CORREIA TRANSPORTADORA BNDES 29.900 SEDUC CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BNDES 84.000 SETUR CENTRO DE EVENTOS BNDES 400 Operações Externas a Contratar 188.436 SETUR PRODETUR NACIONAL BID 183.436 CIDADES CIDADES DO CE II BID 5.000 18.105 67,13% Operações Concluídas 26.968 PROGERIRH I BIRD 4.370 2.993 68,5% SRH PROJETO SÃO JOSÉ II BIRD 22.598 15.112 66,9% SDA (B) Operações em Execução – Administração Indireta (3) 155.210 0.00% PRÓ-SANEAMENTO CAIXA 90.022 0 0,0% CAGECE

SANEAR II 65.188 o BID 0,0%

(A + B) TOTAL LOA 2009

1.790.067

574.289 32.08%

Fonte: SIOF e SIAP - Elaborado pela SEPLAG/COTEF. Dados acumulados até 31/12/2009.

Para cálculo do percentual de execução orçamentária das operações ativas, aquelas contratadas em 22/12/2009 foram classificadas com status "A Iniciar", haja vista não terem sido iniciados os seus desembolsos.

<sup>2.</sup> O PEF I foi orçado acima do valor contratado, mas o total empenhado corresponde à sua execução em 100%.

<sup>3.</sup> Dados da execução extraídos do WebMAPP Acompanhamento: Pró-saneamento - R\$ 2.921 mil (CAIXA) e Sanear II - R\$ 21.432 mil (BID).

O Estado do Ceará orçou em 2009 (lei + créditos adicionais) R\$ 4,8 bilhões para **investimentos**, dos quais empenhou cerca de R\$ 1,9 bilhão, equivalente a 40,54%. Do total empenhado, 52,1% foram recursos do Grupo Tesouro Estadual (Fontes 00, 01, 10, 11 e 4440), que teve o melhor desempenho da execução orçamentária (62,2%) dentre as fontes programadas para os investimentos.

As operações de crédito (R\$1,638 bilhão), por sua vez, representaram 33,9934% dos recursos previstos para investimentos em 2009 e tiveram empenhos realizados em 33,72% do previsto no ano, conforme apresentado na Tabela 5.1.

Tabela 5.1 – Execução Orçamentária dos Investimentos – por origem de recursos (R\$mil)

ORIGEM DE RECURSOS	LEI + CRÉDITO (A) EMPENHADO (B)		% EXECUÇÃO (B/A)
Tesouro	1.638.582	1.018.345	62,15%
Operações de Crédito	1.702.738	574.223	33,72%
Convênios com Órgãos Federais	1.312.704	308.913	23,53%
Outras Fontes	166.287	52.839	31,78%
TOTAL	4.820.311	1.954.320	40,54%

Fonte: SIOF/2009. Relatório da Execução Orçamentária por Origem de Recursos Elaborado pela SEPLAG/COTEF.

Ao se detalhar a execução das fontes orçamentárias de operações de crédito, sob a óptica do grupo de despesas, verifica-se, conforme a Tabela 5.2, que foram previstos recursos em investimentos (R\$ 1,7 bilhão), em inversões financeiras (R\$ 78,9 milhões) e em outras despesas correntes (R\$ 8,4 milhões), totalizando R\$1,8 bilhão. Houve empenho nos grupos Investimentos — R\$574,2 milhões e Outras Despesas Correntes, no valor de R\$66,0 mil, perfazendo 32,08% do estimado.

Tabela 5.2 – Execução Orçamentária dos Recursos de Operação de Crédito – por grupo de despesa (R\$ mil)

GRUPO DE DESPESA	LEI+ CRÉDITO (A)	EMPENHADO (B)	% EXECUÇÃO (B/A)
Investimentos	1.702.738	574.223	33,72%
Inversões Financeiras	78.922	0	0,00%
Outras Despesas Correntes	8.406	66	0,78%
TOTAL	1.790.067	574.289	32,08%

Fonte: SIOF/2009. Relatório da Execução Orçamentária por Grupo de Despesa até dezembro/09 (Filtro: grupo operações de crédito) Elaborado pela SEPLAG/COTEF.

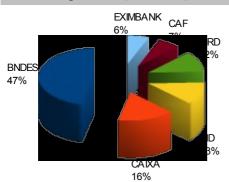
#### NOVAS OPERAÇÕES

11 Internas 5 Externas

R\$ 2,974 Bilhões Externas:US\$ 633,5 milhões Internas: R\$ 1.871 milhões

Total a contratar:

Gráfico 5 – Participação das IF nas novas operações (em R\$ mil)



## 1.4. Novas Operações

Ao final de 2009, a carteira de operações de crédito a contratar do Estado do Ceará, conforme acordo de revisão do Programa de Ajuste e Reestruturação Fiscal/PAF com a União, firmado em 18 de agosto de 2009, correspondia à cerca de R\$1.179,6 milhões e estava composta por 8 (oito) projetos: CENTRO DE EVENTOS, CENTRO DE EVENTOS – Ações Complementares, SISTEMA DE DESCARGA E TRANSPORTE DO CIPP. **CENTROS** EDUCAÇÃO INFANTIL, PROJETO RIO COCÓ, PRODETUR NACIONAL-DESENVOLVIMENTO URBANO DE PÓLOS REGIONAIS e SÃO JOSÉ III.

Entretanto, alguns desses projetos <del>remanescentes</del> foram redimensionados em termos técnicos e financeiros, como por exemplo o Sistema de Descarga e Transporte do CIPP que foi desmembrado em 3 (três) projetos (Transportador de Correias do TSID – 1ª e 2ª etapas e Carregador de placas do TMUT).

Além disso, foi definido que 7 (sete) novos projetos receberiam aporte de recursos de financiamento a serem financiados com recursos de operações de crédito, cujos processos de preparação dos pleitos foram iniciados (PEF II, COPA 2014 — Estádio Castelão, URBANIZAÇÃO DA FAVELA DO DENDÊ, ESTAÇÕES DO METRÔ DE FORTALEZA, VLT Parangaba-Mucuripe, PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO TURÍSTICA DO LITORAL OESTE e AOUÁRIO DO CEARÁ).

Dessa forma, a composição da nova carteira de operações de crédito a contratar, a ser negociada com a STN, por ocasião da revisão do PAF em 2010, será composta, conforme a Tabela 6, por 16 (dezesseis) projetos, com valor aproximado de R\$ 2,974 bilhões². Esses financiamentos deverão ser contratados ao longo do biênio 2010-2011 e alavancarão os investimentos nas áreas social, infraestrutura, esporte, lazer e turismo. Os projetos serão financiados por 6 (seis) instituições financeiras, sendo que 62,9% dos recursos proverão provirão de bancos nacionais (BNDES e CAIXA) e

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Operações em moeda estrangeira convertidas pela cotação do dólar americano de 31/12/2009 (R\$ R\$ 1,7412).

31,7%, serão apoiados pela CAIXA e pelo BNDES, como ilustrado no Gráfico 5.

Tabela 6 – Operações de Crédito a Contratar (R\$ mil)

SETORIAL	PROJETO	AGENTE	VALOR TOTAL		PART.
RESPONS.	PROCETO	FINANC.	R\$ mil	US\$ mil	FAINI.
Operações l	nternas		1.871.304		62,9%
SEDUC	Centros de Educação Infantil – CEI	BNDES	96.000		
SEPLAG	Programa Emerg. de Financ. Estados – PEF II	BNDES	440.214		
SETUR	Centro de Eventos	BNDES	150.000		
	Transportador de Correias do TSID – 1ª etapa	BNDES	121.000		
SEINFRA	Transportador de Correias do TSID – 2ª etapa	BNDES	200.000		
	Carregador de placas TMUT	BNDES	25.000		
SESPORTE	COPA 2014 – Estadio Castelão	BNDES	351.545		
CIDADES	Urbanização da Favela do Dendê	CAIXA	73.345		
CIDADES	Projeto Rio Cocó	CAIXA	211.000		
SEINFRA	Estações do Metrô de Fortaleza	CAIXA	33.200		
SEINFRA	VLT Parangaba/Mucuripe	CAIXA	170.000		
Operações E	externas		1.103.050	633 500	37,1%
SETUR	Prodetur Nacional - Ceará	BID	261.180		
CIDADES	Desenvolv. Urbano de Pólos Regionais	BID	115.790	66.500	
SDA	Programa Desenv. Rural Sustentável- São José III	BIRD	348.240	200.000	
SETUR	Programa de Valorização Turística do Litoral Oeste	CAF	195.014	112.000	
SETUR	Aquário do Ceará	EXIMBANK	182.826	105.000	
TOTAL DAS	OP. A CONTRATAR (INTERNAS + EXTERNAS)		2.974.354	633.500	100,0%

Notas:

A Tabela 7 detalha os diferentes estágios de preparação e de negociação de cada projeto, bem como indica a expectativa de cumprimento de cada etapa e, ao final, estima à data para celebração dos contratos de empréstimo.

<sup>1.</sup> Cotação do dólar de 31/12/2009: R\$ 1,7412.

<sup>2.</sup> Os projetos destacados em amarelo serão inseridos por ocasião da revisão anual do PAF.

Tabela 7 - Operações de Crédito Internas a Contratar - Status

SECRE- TARIA		AGENTE FINANC.		LEI AUTORIZATIVA		Data em que o processo sai												
	PROJETO		TOTAL			Carta	Enquad.	Análise	Habilit.	Análise	Aprov. Comitê	Aprov.	MIP-	STN-	Assin.	Carta Efetivi	1° Desem-	
			R\$ mil	Nº Lei	Public.	Consulta	Liiquuu.	Risco	Habir.	Projeto	Crédito	Diret.	COTEF	COPEM	Contrato	dade	bolso	
SEDUC	Centros de Educação Infantil — CEI	BNDES	96.000	14.340	06/05/09	07/09				01/10		01/10	02/10	03/10	03/10	03/10	04/10	
SEPLAG	Programa Emergencial de Financ. dos Estados — PEF II	BNDES	440.214	14.525	08/12/09		11/09			Fev/10		Jan/10	01/10	04/10	Ver Flu	rantia		
SETUR	Centro de Eventos	BNDES	150.000	14.366	26/05/09	04/09				01/10		02/10	02/10	03/10	04/10	04/10	05/10	
SEINFRA	Transportador de Correias do TSID – 1ª etapa	BNDES	121.000	13.944	31/07/07	04/09	06/09			Mar/10		Mar/10	Mar/10	04/10	04/10	05/10	05/10	
SEINFRA	Transportador de Correias do TSID – 2ª etapa	BNDES	200.000			07/10	07/10			11/10		11/10	12/10	12/10	01/11	01/11	02/11	
SEINFRA	Carregador de placas TMUT	BNDES	25.000			08/10	08/10			11/10		12/10	12/10	01/11	01/11	02/11	02/11	
SESPORTE	COPA 2014 – Estadio Castelão	BNDES	351.545			03/10	04/10			04/10		05/10	05/10	06/10	06/10	07/10	07/10	
CIDADES	Urbanização da Favela do Dendê	CAIXA	73.345	14.562	21/12/09	08/09	Dez/09	Jan/10	Jan/10	Jan/10	Jan/10		Jan/10	02/10	02/10	03/10	03/10	
CIDADES	Projeto Rio Cocó	CAIXA	211.000	14.369	10/06/09	03/09		12/09	12/09	12/09	02/10		02/10	03/10	03/10	04/10	04/10	
SEINFRA	Estações do Metrô de Fortaleza	CAIXA	33.200			01/10		03/10	03/10	04/10	04/10	05/10	05/10	06/10	06/10	07/10	07/10	
SEINFRA	VLT Parangaba/Mucuripe	CAIXA	170.000			01/10		03/10	03/10	04/10	04/10	05/10	05/10	06/10	06/10	07/10	07/10	
TOTAL A CO		1.871.304																

Tabela 8 - Operações de Crédito Externas a Contratar - Status

SECRE- TARIA	PROJETOS	AGENTE FINANC.	TOTAL	LEI AUTORIZATIVA		Data em que o processo sai																
						Carta	PREPA-		STN- COPEM	NEGOCIA-	COPEM	PGFN-	PGFN-	MF-	CASA	SF – CAE	SF –	Contrato Contra-	PGFN-	Assin.	Abert. Conta	Carta Efetivi-
			US\$ mil	N° Lei	Public.	Consulta R/	RAÇÃO	Endiv.		CAO	Garantia	COF	GABIN	GABIN	CIVIL	or car	PLEN.	garantia	COF	Contrato	Especial	dade
SEPLAG	Programa Emergencial de Financ, dos Estados – PEF II	BNDES			Ver fluxo de operação interna						12/09	12/09	12/09	12/09	12/09	12/09	12/09	12/09	01/10	01/10		01/10
SETUR	Prodetur Nacional – Ceará	BID	150.000	14.009	11/11/08	03/08	10/09	12/09	12/09	03/10	04/10	04/10	04/10	04/10	04/10	05/10	05/10	04/10	05/10	05/10	06/10	06/10
CIDADES	Desenvolv. Urbano de Pólos Regionais	BID	66.500	13.946	31/07/07	09/07	07/10	09/10	10/10	11/10	12/10	12/10	12/10	12/10	12/10	12/10	01/11	12/10	01/11	01/11	01/11	01/11
SDA	Programa Desenvolvimento Rural - São José III	BIRD	200.000			06/10	11/10	12/10	01/11	03/11	03/11	03/11	04/11	04/11	04/11	04/11	04/11	04/11	04/11	05/11	05/11	05/11
SETUR	Programa de Valorização Turística do Litoral Oeste	CAF	112.000			04/10	10/10	11/10	12/10	01/11	02/11	02/11	03/11	03/11	03/11	03/11	03/11	03/11	03/11	04/11	04/11	04/11
SETUR	Aquário do Ceará	EXIM- BANK	105.000			04/10	09/10	10/10	11/10	12/10	01/11	01/11	01/11	02/11	02/11	02/11	02/11	02/11	02/11	03/11	03/11	03/11
TOTAL DAS OPERAÇÕES A CONTRATAR 633.50																						

TOTAL A CONTRATAR – Em R\$ mil R\$ 2.974.354

LEGENDA: Não se aplica Etapa cumprida Etapa atual Etapa não iniciada

## 1.5.Discriminação e situação das operações de crédito a contratar

1.5.1 <u>Operações Internas – BNDES</u>

#### Centros de Educação Infantil - CEI

Serão construídos e equipados 136 Centros de Educação Infantil/CEI, com ambiente físico e social capaz de propiciar o desenvolvimento das dimensões do cuidar e educar de todas as crianças que a eles tiverem acesso, abrangendo municípios de grande e médio porte, com atividade industrial implantada, inseridos nas oito regiões administrativas do Estado.

Cada CEI atenderá 208 crianças, os impactos estimados para o Programa até 2012 são:

- Nº de Matrículas: + 50.788 vagas na educação infantil da rede municipal de ensino;
- % Médio de Atendimento: de 25 para 29% em relação à população;
- Capacidade Instalada: de 279 para 415 CEI.

A operação foi autorizada pela Lei nº 14.340, de 6 de maio de 2009 e enquadrada nas linhas de financiamento do BNDES. O pleito está em fase de conclusão de análise pela área técnica do Banco e a sua contratação está prevista para marçojunho/2010.

#### Programa Emergencial de Financiamento aos Estados – PEF II

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução CMN n° 3.794/2009, descontingenciou R\$ 6 bilhões adicionais para conceder empréstimos aos Estados e ao Distrito Federal para aplicação em despesas de capital previstas nos orçamentos anuais. Foram selecionados, previamente, 43 Programas de Governo para receber o reforço orçamentário da operação.

Contato

#### CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Márcia Oliveira Campos marciaoc@seduc.ce.gov.br 3101-3942

Contato

PEF II

Mário Fracalossi

mario.fracalossi@seplag.ce.gov.br 3101-4526 Com base nessa Resolução, o BNDES procedeu ao enquadramento prévio da operação para o Estado do Ceará, no valor de até R\$440,214 milhões, a ser contratada por meio da Linha BNDES Estados.

A operação foi autorizada pela Lei nº 14.525, de 8 de dezembro de 2009, e contará com garantia da União, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional.

#### Centro de Eventos do Ceará

O empreendimento diz respeito à Construção de um pavilhão para abrigar o Centro de Eventos e a integração ao atual Centro de Convenções de Fortaleza/Ceará. Seu objetivo consiste em atender a demanda exigida pelo mercado, de modo a evitar que eventos importantes sejam direcionados para outros Estados que disponham de equipamentos similares.

O Centro de Eventos será o local destinado à realização de eventos e feiras do Estado. Localizado na avenida Washington Soares, contíguo ao Centro de Convenções, o empreendimento tem capacidade para abrigar até 30 mil pessoas. Construído numa área útil de 173 mil metros quadrados, a área coberta será de 73 mil metros quadrados, com dois blocos subdivididos em módulos estanques, praça de convivência, onde se localizarão os equipamentos gastronômicos e espaços para lazer e entretenimento, heliponto, área de carga e descarga entre os blocos do Pavilhão e estacionamento para 2.500 veículos. O Centro de Eventos do Ceará será o segundo maior local do Brasil para abrigar eventos e feiras e deverá estimular o turismo de negócios no Ceará.

A operação autorizada pela Lei n° 14.099, de 9 de abril de 2008 e alterada pela Lei n° 14.240, de 11 de novembro do mesmo ano e enquadrada nas linhas de financiamento do BNDES. O pleito está em fase de conclusão de análise pela área técnica do Banco e a sua contratação está prevista para abril/2010.

## <u>Transportador de Correia do TSID – 1ª e 2ª etapas</u>

Destina-se ao fornecimento e à montagem dos equipamentos para o transporte de granéis sólidos (financiável pelo BNDES) e de um descarregador de

#### Contato

#### CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ

Olga Valeria Barbosa Teixeira olga@setur.ce.gov.br
3101-4660

## Contato TRANSPORTADOR DE CORREIAS

Joaquim Firmino jfirmino@seinfra.ce.gov.br 3101-3730 navios (não financiável pelo BNDES – equipamento importado). O objetivo principal é a criação de condições operacionais adequadas, mediante a utilização de processos seguros, rápidos e de menor custo operacional, para o descarregamento dos navios no Porto do Pecém, bem como o transporte de insumos, principalmente carvão mineral e, em menor escala, o clinquer, o coque de petróleo e fertilizantes, destinados à Companhia Siderúrgica, Usinas Termelétricas, Fábrica de Fertilizantes e Fábrica de Cimento, em processo de instalação no Complexo Industrial do Pecém. A operação foi enquadrada nas linhas de financiamento do BNDES e está em fase de conclusão de análise pela área técnica do Banco, com previsão de contratação em abril de 2010.

#### Contato

#### **CARREGADOR DE PLACAS**

Joaquim Firmino jfirmino@seinfra.ce.gov.br 3101-3730

#### Contato

#### COPA 2014 – ESTÁDIO CASTELÃO

Ferruccio Petri Feitosa ferruccio@esporte.ce.gov.br 3101-4401

#### Carregador de Placas do TMUT

Destina-se ao fornecimento e à montagem de equipamentos para o carregamento de placas de aço produzidas pela CSP destinadas à exportação. O equipamento será instalado num dos piers que estão sendo construídos no TMUT.

#### COPA 2014 – Estádio Castelão

O Conselho Monetário Nacional/CMN, por meio da Resolução n° 3.801/2009, estabeleceu uma linha de financiamento do BNDES para a contratação de operações de crédito, no valor de até R\$400 milhões, para a construção e reforma de estádios da Copa 2014.

A operação foi enquadrada nas linhas de financiamento do BNDES e desde o comunicado das condições de contratação pelo Banco, a Secretaria do Esporte, iniciou as articulações políticas e técnicas necessárias à definição da proposta do Estado do Ceará. A Carta-consulta deverá ser encaminhada ao agente financiador no início de 2010, com previsão para contratação até junho/2010.

#### 1.5.2 <u>Operações Internas – CAIXA</u>

Urbanização da Favela do Dendê

#### Contato

#### **FAVELA DO DENDÊ**

Sérgio Barbosa

sergiobarbosa@cidades.ce.gov.br 3101-4485

A operação tem como objetivo financiar a execução do Projeto Urbanização da Favela do Dendê, cujas ações proporcionarão o reassentamento de 1.330 (mil, trezentos e trinta) famílias, que habitam áreas subnormais, em um local adequado ao contexto urbanístico e social da cidade de Fortaleza, dotado de infra-estrutura propícia ao fluxo de pessoas, à oferta de serviços e áreas alternativas para lazer, além da recuperação da faixa de Proteção de Mangue e a manutenção de suas flora e fauna nativas.

O Projeto Urbanização da Favela do Dendê foi selecionado pelo Ministério das Cidades e será desenvolvido no âmbito do Programa Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA. Constitui-se em uma ação urgente e prioritária, em cujo escopo estão previstas obras de Urbanização e Saneamento, Habitação Popular, Preservação Ambiental e Trabalho Social (Organização Comunitária/Mobilização Geração de Trabalho e Renda e Educação Sanitária e Ambiental).

A operação foi autorizada pela Lei nº 14.562, de 21 de dezembro de 2009. O pleito está em análise pelo agente financiador e tem previsão de assinatura para marçomaio/2010.

#### Projeto Rio Cocó

Esse projeto, no valor de R\$ 210.900.000 será apoiado pela Caixa Econômica Federal no âmbito do Programa Saneamento para Todos, na modalidade Manejo de Águas Pluviais. Terá como área de intervenção quatro municípios da Região Metropolitana de Fortaleza e contemplará obras de controle e amortecimento de ondas de cheias, obras de desassoreamento, de urbanização e de saneamento. Essas intervenções proporcionarão a redução da faixa de inundações e de alagamentos, beneficiando mais de oito mil famílias

#### Contato

#### **RIO COCÓ**

Sérgio Barbosa

sergiobarbosa@cidades.ce.gov.br 3101-4485

O enquadramento foi realizado em dezembro seguindo para a área de análise de projeto no início de 2010 e a previsão de assinatura é em maio/2010.

#### Contato

#### **ESTAÇÕES DO METRÔ**

Joaquim Firmino jfirmino@seinfra.ce.gov.br 3101-3730

#### Contato

#### VLT PARANGABA-MUCURIPE

Joaquim Firmino jfirmino@seinfra.ce.gov.br 3101-3730

#### Estações do Metrô de Fortaleza

A referida contratação tem como objetivo financiar <u>a</u> <u>implantação de mais duas estações a ampliação das estações do corredor</u> da Linha Sul, <u>com:</u>: Estação Juscelino Kubitschek e Estação Padre Cícero. Estas estações possuirão o tamanho padrão de outras estações da Linha Sul - 110 metros de comprimento -, e oferecerão aos moradores das regiões circunvizinhas o acesso ao sistema metroviário de Fortaleza, que promete ser dotado de conforto, segurança e rapidez.

A operação financiará ações no âmbito do Programa Pró-transporte — PAC Mobilidade Copa 2014. A carta-consulta está sendo elaborada para iniciar o processo de contratação, já em janeiro/2010 e com previsão de assinatura para junho/2010.

#### **VLT Parangaba-Mucuripe**

Essa eontratação operação tem como objetivo financiar a implantação de uma linha de Veículo Leve sobre Trilhos/VLT que aproveitará o mesmo traçado do Ramal Parangaba/Mucuripe, compreendendo uma extensão de 13 Km de linha remodelada, entre a Estação de Parangaba da Linha Sul do Metrô de Fortaleza e o Mucuripe, nas imediações da Avenida Abolição, abrangendo 10 Estações e 06 Obras de Arte Especiais (04 Passagens Subterrâneas Rodoviárias, 01 Elevado Ferroviário e 01 Viaduto Rodoviário). O projeto prevê também a sinalização das Passagens de Nível – PN que continuarão a existir.

O mencionado Projeto propiciará a ligação de diversos pólos geradores e atratores de viagens, como: a região hoteleira, o porto do Mucuripe, a rodoviária de Fortaleza, o aeroporto, universidades, hospitais, shopping center, além de dois importantes terminais de ônibus do município (Parangaba e Papicu), gerando mobilidade urbana e aumentando a acessibilidade das mais diversas classes sociais da população. O Projeto beneficiará a cidade de Fortaleza, de modo geral, configurando-se como um revitalizador de áre-

as subutilizadas e contribuindo para a urbanização de vários bairros. Além disso, trará melhorias significativas para o trânsito da cidade, diminuindo sensivelmente os congestionamentos tão comuns nas áreas alcançadas pelo mesmo, densamente ocupadas por veículos particulares.

A operação financiará ações no âmbito do Programa Pró-transporte — PAC Mobilidade Copa 2014. A carta-consulta está sendo elaborada para iniciar o processo de contratação, já em janeiro/2010 e com previsão de assinatura para junho/2010.

#### 1.5.3 <u>Operações Externas – BID</u>

#### Contato

#### PRODETUR NACIONAL

Olga Valeria Barbosa Teixeira olga@setur.ce.gov.br 3101-4660

#### Contato

#### CIDADES II – PÓLOS REGIONAIS

Daniele Brasil daniele.brasil@cidades.ce.gov.br 3101-3773

#### <u>PRODETUR NACIONAL – CEARÁ - Programa</u> Nacional de Desenvolvimento do Turismo

O Programa do Ceará está inserido numa linha CCLIP do BID de US\$1,0 bilhão para atender a todos os estados da federação. Tem o objetivo de viabilizar, de forma sustentável, a redução das desigualdades sociais, melhorando as condições de vida da população residente no Estado do Ceará, bem como dos turistas que visitam o Estado, atuando especificamente em três pólos turísticos: Litoral Leste, Maciço de Baturité e Serra da Ibiapaba. Suas ações deverão: 1-Estruturar os Pólos Litoral Leste, Maciço de Baturité e Serra da Ibiapaba, com a finalidade de diversificar a oferta e proporcionar a melhoria da qualidade do produto turístico cearense. 2-Aumentar a inserção competitiva dos produtos turísticos, Pólo Litoral Leste, Maciço de Baturité e Serra da Ibiapaba, no mercado turístico nacional e internacional. 3-Melhorar as condições de vida da população residente nos Pólos Litoral Leste, Maciço de Baturité e Serra da Ibiapaba. 4-Promover o desenvolvimento local de forma sustentável. procurando reduzir as desigualdades sociais. 5-Apoiar a recuperação e a adequação da infraestrutura e dos equipamentos destes destinos turísticos.

O pleito foi protocolizado na STN está em processo de negociação com o Banco, para assinatura atémeados no segundo semestre de 2010.

#### <u>Desenvolvimento Urbano de Pólos Regionais</u> (<u>Cidades do Ceará II</u>)

A exemplo do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará (Programa Cidades do Ceará - Cariri Central), a ser desenvolvido na Região do Cariri, eEste projeto constituirá uma experiência de desenvolvimento econômico regional que deverá contemplar contemplando as regiões do Baixo Jaguaribe e do Vale do Acaraú. Para tanto, está previsto: a) criar centros de atividades urbanas que possam ser catalisadores de desenvolvimento sócio-econômico; b) criar mais economias de

aglomerados, estimulando a atratividade de investimentos e atividades econômicas; e c) apoiar a área rural por meio do aumento da oferta de serviços e de produtos agrícolas.

O projeto se encontra em fase de preparação sob Recomendação COFIEX n° 957, de 28/7/07, com previsão de realização de missão de análise no primeiro trimestresegundo semestre de 2010.

#### 1.5.4 <u>Operações Externas – BIRD</u>

Contato

#### PDRS - SÃO JOSÉ III

José Farias Neto jfarias@sda.ce.gov.br 3101-8172

## Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (SÃO JOSÉ III)

Programa objetivará promoção do desenvolvimento local com equidade no meio rural. buscando melhoria dos indicadores desenvolvimento social e econômico, atuando por meio de apoio aos grupos de agricultores/as na implantação de atividades sustentáveis geradoras de ocupação e de renda ou com potencial para assegurar desenvolvimento econômico e social comunidades, seu bem estar, integrando-se com os demais programas e projetos em execução no Estado. Contemplará componentes de infra-estrutura para o setor produtivo, de apoio ao desenvolvimento rural, de saneamento rural e de irrigação para pequenos produtores.

A operação se encontra em análise na SEAIN, com vistas à anuência de sua preparação. Foi reapresentada a Carta-consulta com ajustes solicitados, bem como requerido ajuste do valor e do cronograma da operação para 3-56 anos. Está sendo aguardada a autorização para iniciar a preparação da operação aguardado o agendamento da reunião do GTEC para após submeter à COFIEX.

#### 1.5.5 <u>Operações Externas – CAF</u>

Contato
VALORIZAÇÃO TURÍSTICA - PROINFTUR

Olga Valeria Barbosa Teixeira olga@setur.ce.gov.br 3101-4660

## Programa de Valorização Turística do Litoral Oeste - PROINFTUR

O Programa objetivará a promoção do desenvolvimento local com equidade no meio rural, buscando a melhoria dos indicadores de desenvolvimento social e econômico, atuando pormeio de apoio aos grupos de agricultores/as na implantação de atividades sustentáveis geradoras de ocupação e de renda ou com potencial para assegurar o desenvolvimento econômico.

O objetivo geral do Programa de Valorização da Infraestrutura Turística do Litoral Oeste – PROINFTUR é valorizar a infraestrutura e os produtos turísticos das principais localidades litorâneas do litoral oeste. O litoral oeste do Estado do Ceará se compõe de 18 municípios, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi, Itapipoca, Amontada, Itarema, Acaraú, Cruz, Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Barroquinha, Chaval.

Para o Programa de Valorização da Infraestrutura Turística do Litoral Oeste – PROINFTUR serão contempladas diretamente localidades litorâneas dos municípios de Caucaia, Paraipaba, Trairi, Itapipoca, Amontada, Acaraú, Jijoca de Jericoacoara e Camocim. De forma indireta, os demais municípios serão contemplados quando se vislumbra o aumento do fluxo turístico e o interesse da esfera municipal, bem como da iniciativa privada em aderir ações relacionadas à implantação do PROINFTUR.

O projeto será apresentado ao GTEC da COFIEX no início de 2010.

### 1.5.6 <u>Operações Externas – EXIMBANK</u>

Contato

### AQUÁRIO DO CEARÁ

Olga Valeria Barbosa Teixeira olga@setur.ce.gov.br 3101-4660

### Aquário do Ceará

O projeto objetiva fornecer, baseado em tecnologia de "Edutenimento" (educação + entretenimento), que atende às tendências internacionais ao oferecer Interatividade, Diversão e Consciência Ambiental.

O Acquário Ceará é uma mostra renovável e permanente de espécimes e atrações, que nos possibilitará observar o misterioso mundo subaquático - que normalmente é invisível para nós. Descobrindo e compreendendo algo sobre os oceanos e a vida marinha, os visitantes tornam-se cientes do seu valor e da necessidade de protegê-los e preservá-los.

O projeto será apresentado ao GTEC da COFIEX no início de 2010.

# 1.6. Missões de Instituições Financeiras

### Operação Swap II / BIRD

Período: 1 a 8/junho/2009

Representantes: Jeffrey Rinne, Task Manager Public Sector SWAP II; José Reis, Specialist; André Medici, Especialista em Saúde; Luis Prada, Especialista em Licitações; Tarcila Veloso, Research Analyst; Marcos Thadeu Abicalil, Especialista Sênior em Água e Saneamento; Regis Cunningham, Especialista Sênior em Gerenciamento Financeiro; Mariano Lafuente, Public Sector Analyst; Cristian Quijada Torres, Private Sector Development Specialist: Pilar Larramendy, Especialista Salvaguardas; Chris Parel, Public Sector Specialist.

Objetivos: Revisão dos arranjos de implementação da operação, verificação do desempenho dos Programas de Gastos Elegíveis (EEP), dos indicadores vinculados aos desembolsos e das a vidades de Assistência Técnica.

Período: 20 a 21/agosto/2009

Representantes: Regis Cunningham e Joseph Kizito,

especialistas em gerenciamento financeiro.

*Objetivos*: (i) dar seguimento ao Componente II - Assistência Técnica, (ii) acompanhar o progresso

para a auditoria financeira do Projeto.

### Projeto de Projeto de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos do Ceará (PROGERIRH II) / BIRD

Período: 20 a 21/maio/2009 e 1 a 4/junho/2009

Representantes: Srs. Manuel Contijoch, Gerente do Projeto e Especialista em Recursos Hídricos; Alexandre Baltar, Especialista em Recursos Hídricos; Luis Prada, Especialista Sênior em Licitações; Santiago Funes, Consultor em Comunicação e Mobilização Social, e as Sras. Paula Freitas, Analista de Operações, e Pilar Larreamendy, Especialista em Desenvolvimento Social.

assinatura do Acordo de Empréstimo; (ii) revisar a situação da equipe da SRH e UGPE para implementação do Projeto; (iii) acordar cronograma de implementação das atividades considerando o encerramento do Acordo Empréstimo em 31 de dezembro de 2011; (iii) andamento atividades observar 0 das compensação ambiental; (iv) verificar o andamento das atividades de reassentamento e desapropriação para as barragens já aprovadas (Umari e Gameleira) e para as quatro outras barragens previstas no Projeto; (v) rever o cronograma para apresentação ao Banco da documentação ambiental e social referente às quatro barragens que precisam ser aprovadas pela Equipe de Salvaguardas; (vi) observar o andamento dos processos de licitação e esclarecer dúvidas; (vii) revisar o Plano de Aquisições revisado para o Projeto; e (viii) discutir com as equipes opções de atoio a um programa de comunicação • desenvolvimento institucional do sistema de gestão de recursos hídricos para ajudar na participação dos usuários de água no processo de gestão integrada de recursos hídricos. Com relação ao Acordo de Empréstimo 4531- BR, a missão verificou o montante final a ser desembolsado até o final do período de graça; considerando as despesas realizadas até a sua data de encerramento em 30 de abril de 2009.

Objetivos: (i) verificar o andamento do processo para

### Projeto de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos do Ceará (PROGERIRH II – Financiamento Adicional) / BIRD

Período: 16 a 20/novembro/2009

Representantes: Srs. Manuel Contijoch, Gerente do Projeto e Especialista em Recursos Hídricos; Paula Freitas, Analista de Operações, Santiago Funes, Consultor Especialista em Comunicação; Roy Mann, Consultor Especialista em Conservação de Solos; Marcelo Pereira, Consultor Engenheiro de Recursos Hídricos; Paul Procee, Especialista Ambiental; Luis Prada, Especialista em Licitações; Eduardo Franca.

Objetivos: (i) verificar o andamento das atividades do projeto desde a última missão em junho de 2009; (ii) acordar os próximos passos para a implementação, com foco especial no cronograma das atividades considerando o encerramento do Acordo de Empréstimo em 31 de dezembro de 2011; (iii) discutir e acordar um Plano de Ação para a

execução do Projeto, para acompanhamento periódico da implementação de todas as atividades programadas e desembolso dos recursos empréstimo dentro do período remanescente do Projeto; (iv) verificar o andamento das atividades de compensação ambiental; (v) observar o andamento das atividades de reassentamento e desapropriação nas barragens de Gameleira e Umari; (vi) discutir os procedimentos necessários e aspectos pendentes para aprovação das questões ambientais reassentamento das barragens quatro barragens remanescentes: Jenipapeiro, Jatobá, Mamoeiro e Amarelas, assim como acordar um cronograma para apresentação da documentação para análise do Banco;(vii) revisar os procedimentos de licitação e gerenciamento financeiro e observar o progresso de cada área; (viii) avaliar de capacidade em licitações e gerenciamento financeiro da COGERH; (ix) verificar andamento dado aos aspectos Comunicação de Recursos Hídricos abordados no 1 relatório do Consultor Santiago Funes na última missão; (x) revisar a situação atual do PRODHAM, os resultados finais obtidos com as experiências nas quatro micro-bacias piloto e os próximos passos para o Programa; (xi) verificar a situação atual de manutenção e operação do Canal da Integração. incluindo o encaminhamento dado às recomendações deixadas em visitas anteriores dos técnicos do Banco Mundial (visita ao Canal).

### PROÁGUA Nacional no Ceará / BIRD

Período: 16 a 20/novembro/2009

Representantes: Srs. Alexandre Baltar, Gerente do Projeto; Paula Freitas, Analista de Operações; Soraya Melgaço, Consultora Especialista em Reassentamento; Marcelo Pereira, Consultor Engenheiro de Recursos Hídricos.

Objetivos: (i) observar o andamento das atividades Gestão de Recursos Hídricos, em execução pela COGERH junto a ANA; (ii) verificar o andamento das obras de Missi, Riacho da Serra e Ibaretama, incluindo visitas de campo; (iii) revisar a situação da implementação dos Planos de Gestão Ambiental e demais medidas de mitigação de impacto ambiental conforme previsto no relatório de análise ambiental das obras e seguindo os manuais ambientais do Projeto; (iv) observar a situação do marco-zero e dos programas de educação ambiental; (v) revisar o cronograma de visitas do Painel de Segurança de

Barragens às obras de Missi e Riacho da Serra; (vi) verificar o andamento das atividades de reassentamento nas obras das barragens, incluindo visitas de campo; (vii) discutir a situação atualizada da desapropriação nas áreas das barragens; (viii) discutir também as condições de manutenção e operação dos sistemas financiados no âmbito do PROAGUA/Semi-árido.

### Projeto Mata Branca / BIRD

Período: 1 a 4/dezembro/2009

Representantes: Judith Lisansky, Gerente do Projeto; Alberto Coelho Gomes Costa, Consultor Especialista.

Objetivos: (i) avaliar o Plano Operativo Anual/POA 2009; (ii) apresentar os resultados das ações desenvolvidas por componente financiado; (iii) realizar visitações às comunidades beneficiárias das intervenções do Projeto; e, (iv) analisar o POA 2010.

## Convênios de Receitas e Contratos de Repasse

### CONVÊNIOS

168 Propostas R\$724,3 milhões

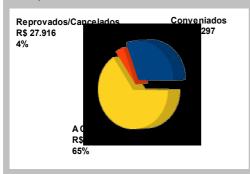
69 Convênios celebrados 18 Propostas rejeitadas 81 Propostas em análise

#### CONTRATOS DE REPASSE

37 Propostas R\$41,7 milhões

17 Contratos celebrados 20 Propostas em análise

Gráfico 6 - Convênios: Situação das propostas x Valor do concedente (R\$ mil)



## 2.1 O Governo do Ceará no SICONV

O Sistema de Convênios do Governo Federal - SICONV instituído pelo Decreto 6.170/2007 se propõe a divulgar as oportunidades de transferências voluntárias da União. Para pleitear recursos, o Governo do Estado e seus órgãos devem, além de manter atualizados seus dados cadastrais e cumprir as demais exigências de adimplência com o Governo Federal, rastrear as oportunidades disponibilizadas no Portal dos Convênios.

Diversos órgãos do Estado identificaram oportunidades de captação de recursos desde o início da operacionalização do sistema em 2008 e enviaram suas propostas para celebração de convênios e contratos de repasse.

A partir de setembro de 2009 a COTEF/SEPLAG passou a ter acesso às propostas de outros órgãos, cujos dados, relativos aos pleitos encaminhados até 31/12/09, estão sintetizados a seguir:

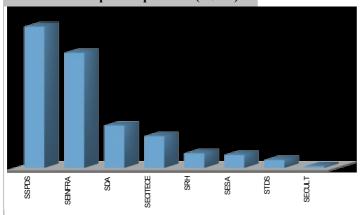
### Convênios

Foram cadastradas no SICONV 168 propostas de convênio, totalizando R\$724.341.664,00. Dentre o total: 69 Convênios foram celebrados (31,0%), 18

propostas foram rejeitadas - reprovadas ou canceladas - (4,0%) e 81 propostas (65,0%) estão em diversas fases de análise nos diversos órgãos do governo federal. O Gráfico 6 indica os valores para cada uma das situações acima descritas.

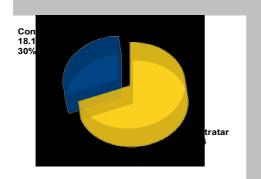
Os convênios celebrados têm como executores: SDA (10), SRH (1), STDS (16), SESA (13), SSPDS (11), SEPLAG (1), SECULT (6), SEINFRA (9), CIDADES (1) e SECITECE (1). Os órgãos que tiveram suas propostas recusadas foram: SSPDS (10), SECULT (2), SECITECE (2), SEINFRA (1), SETUR (1), SDA (1) e STDS (1). As propostas em análise estão distribuídas da seguinte forma: SSPDS (36), SEINFRA (9), SDA (8), SECITECE (3), SRH (3), SESA (8), STDS (12) e SECULT (2), cujos respectivos valores estão apresentados no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Convênios: Propostas em análise – Valor por Proponente (R\$mil)



Fonte: SICONV

### Gráfico 8 – Contrato de Repasse: Situação das propostas x Valor do concedente (R\$ mil)



### Contratos de Repasse

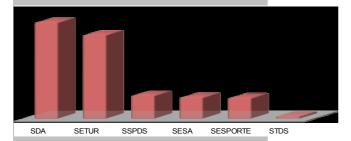
Trata-se de instrumento de transferência de recursos que se processa por meio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União.

Foram cadastradas no SICONV 37 propostas de contrato de repasse, totalizando R\$41.701.890,00. Dentre o total: 17 Contratos foram celebrados (30,0%) e 20 propostas (70,0%) estão em diversas fases de análise. O Gráfico 9 indica os valores para cada uma das situações acima descritas.

Fonte: SICONV

Os contratos firmados têm como executores: SDA (10), SSPDS (1), SESA (2), CIDADES (3) e SESPORTE (1). As propostas em análise estão distribuídas da seguinte forma: SDA (14), SETUR (1), SSPDS (1), SESA (1), SESPORTE (1) e STDS (1), cujos respectivos valores estão apresentados no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Contratos de Repasse: Propostas em análise – Valor por Proponente (R\$ mil)



Fonte: SICONV

### 2.2 O Monitoramento dos Convênios de Receita no Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios - SACC

Os recursos financeiros captados por transferências voluntárias da União ou de outros convênios de receita celebrados, bem como sua execução, são alimentados no Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios/SACC, módulo do Sistema SIAP, de onde são extraídas as informações gerenciais.

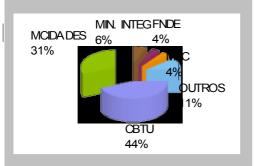
Ao final do mês de dezembro/2009, encontravam-se cadastrados e validados **201 convênios**, com valores totais conveniados da ordem de **R\$ 4,0 bilhões**. Considerando que 88 convênios estavam vencidos ao final do 3º quadrimestre, o saldo disponível da União (Concedente) para os **113 convênios vigentes** era de **R\$ 3,5 bilhões**, conforme demonstrado na Tabela 9.

Tabela 9 — Posição dos Convênios de Receita Celebrados (R\$ mil)

Status dos Convênios	Quant.	Valor Total Concedente	Saldo a repassar Concedente	Saldo em Conta Corrente (31/12/2009)
VENCIDOS Até 31/12/2009	88	504.401	436.097	36.008
A VENCER	113	3.512.279	3.377.478	142.255
TOTAL	201	4.016.681	3.813.576	178.262

Fonte: SIAP/SACC. Elaborado pela COTEF.

Gráfico 10 – Recursos Oriundos dos Convênios de Receita – por Concedente (%)



O Gráfico 10 Erro: Origem da referência não encontrada—ilustra a participação relativa dos principais Concedentes em relação ao valor total conveniado, com destaque para a CBTU, cujos 2 (dois) convênios correspondem a 44% dos recursos repassados ao Estado.

A Tabela 10 relaciona os **29 órgãos concedentes** responsáveis pelas transferências voluntárias ao Estado do Ceará. Ao analisar a execução dos convênios, depreende-se que foram liberados somente 4,83% dos recursos conveniados, ou seja, R\$169,8 milhões.

Tabela 10 – Convênios de Receitas Vigentes: Totais por Concedente (R\$1,00)

	CONCEDENTE	Valor Concedente	Saldo Concedente	Recursos Liberados	Percentual liberado (%)
1	COMPANHIA BRAS DE TRENS URBANOS CBTU	1.546.009.004	1.546.009.004	0	0,00%
2	MINIST DAS CIDADES	1.085.294.394	1.085.294.394	29.866.108	2,75%
3	MINIST DA INTEGRACAO NACIONAL	227.777.904	227.777.904	18.360	0,01%
4	FUNDO NACIONAL DE DESENV DA EDUCACAO	137.501.362	137.372.864	123.524	0,09%
5	MINIST DA EDUCACAO E CULTURA MEC	130.904.318	65.163.483	65.740.835	50,22%
6	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	125.289.242	77.041.500	51.054.451	40,75%
7	UNIDADE DE COORDENACAO DE PROG S E PNAGE	60.682.655	60.369.306	349.524	0,58%
8	MINIST DO TRABALHO E EMPREGO	34.967.711	33.306.425	1.661.286	4,75%
9	MINIST DO TURISMO MTUR	31.482.389	31.482.389	0	0,00%
10	MINISTERIO DA SAUDE	26.511.108	26.510.615	493	0,00%
11	MINIST DO ESPORTE ME	17.416.851	14.083.801	3.697.750	21,23%
12	MINIST DA JUSTICA	15.944.509	15.802.586	614.007	3,85%
13	FUNDACAO CAPES	14.037.286	8.056.278	5.980.891	42,61%
14	MINIST DO DESENV AGRARIO	12.310.054	10.019.871	3.476.567	28,24%
15	MINIST DA CULTURA	12.100.000	12.100.000	0	0,00%
16	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS FINEP	6.405.932	6.279.113	126.819	1,98%
17	INSTITUTO DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	6.129.350	3.825.508	2.355.972	38,44%
18	INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARA	5.018.400	3.149.500	1.861.800	37,10%
19	DEPTO NAC DE OBRAS CONTRA AS SECAS DNOCS	4.126.162	3.888.932	246.713	5,98%
20	CNPQ CONS NAC DE DESENV CIENT E TECNOL	4.107.329	3.114.103	1.142.798	27,82%
21	MINIST DA SAUDE FUNDO NAC DE SAUDE	2.684.459	1.820.397	872.962	32,52%
22	SECRETARIA ESP DOS DIR HUM DA PRE DA REP	2.426.725	2.273.359	153.366	6,32%
23	MINIST DO DESENV SOCIAL E COMB A FOME	1.366.644	1.342.241	24.404	1,79%
24	MAPA MINISTERIO DA AGRIC PECUARIA E ABAS	936.033	737.593	215.921	23,07%
25	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	340.942	336.536	4.406	1,29%
26	EMPRESA BRAS DE CORREIOS E TELEGRAFOS	209.880	23.102	176.788	84,23%
27	SECRETARIA DE DIREITO ECONOMICO - SDE	203.135	203.135	0	0,00%
28	CAIXA ECONOMICA FEDERAL CEF	56.700	55.548	1.152	2,03%
29	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	38.861	38.861	0	0,00%
	TOTAL	3.512.279.339	3.377.478.347	169.766.896	4,83%

Fonte: SIAP/SACC. Elaborado pela COTEF.

A Tabela 11, por sua vez, agrupa os mesmos R\$ 3,5 bilhões conveniados, apresentados sob a ordem dos **27 órgãos estaduais convenentes**. O Metrô de Fortaleza com recursos provenientes de dois convênios figura como o principal beneficiário dos recursos disponíveis, correspondendo a 44% dos valores totais.

Tabela 11 – Convênios de Receitas Vigentes: Convenente (R\$1,00)

	CONVENENTE	Nº de Convênios	Valor do Concedente	Valor do Convenente	Valor Total (Concedente + Convenente)
1	COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS	2	1.546.009.004	425.468.034	1.971.477.038
2	SECRETARIA DAS CIDADES	8	871.445.084	209.285.223	1.080.730.307
3	SECRETARIA DA EDUCACAO BASICA	8	258.209.041	1.379.942	259.588.983
4	SECRETARIA DOS RECURSOS HIDRICOS	4	227.777.904	24.686.734	252.464.638
5	GOVERNO DO ESTADO DO CEARA	9	213.849.309	107.050.602	320.899.912
6	SECRETARIA DA Infraestrutura	4	125.289.242	14.302.627	139.591.869
7	SECRETARIA DA ADMINISTRACAO	1	60.682.655	35.718.070	96.400.725
8	SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	1	34.967.711	4.077.257	39.044.968
9	SECRETARIA ESTADUAL DO TURISMO	10	31.482.389	4.817.698	36.300.086
10	SECRETARIA ESTADUAL DA SAUDE	11	28.970.567	3.300.491	32.271.058
11	SECRETARIA DA JUSTICA E CIDADANIA	6	17.363.781	4.511.238	21.875.018
12	SECRETARIA DO ESPORTE DO CEARA	1	16.721.706	1.879.590	18.601.296
13	FUNDACAO CEARENSE DE APOIO AO DESENV CIENTIF TECNOLOG	5	16.371.545	4.164.000	20.535.545
14	FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARA	8	13.525.873	10.359	13.536.232
15	SECRETARIA DA CULTURA	2	12.303.135	6.021.648	18.324.783
16	EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA EXTENSAO RURAL DO CEARA	2	11.446.033	1.307.304	12.753.337
17	GABINETE DO GOVERNADOR	1	9.171.073	2.522.502	11.693.575
18	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO DO CEARA	3	8.321.522	1.769.468	10.090.990
19	FUNDACAO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HIDRICOS	4	2.074.162	0	2.074.162
20	FUNDACAO NUCLEO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL	2	1.783.570	70.000	1.853.570
21	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	8	1.624.338	356.459	1.980.797
22	DEFENSORIA PUBLICA GERAL DO ESTADO	2	1.305.555	14.018	1.319.573
23	SECRETARIA DA ACAO SOCIAL	1	400.000	139.670	539.670
24	UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU	4	395.564	188.433	583.997
25	UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	4	356.653	0	356.653
26	FUNDO ESTADUAL DA SAUDE	1	225.000	20.000	245.000
27	SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1	206.924	16.600	223.524
	TOTAL	113	3.512.279.339	853.077.965	4.365.357.305

Fonte: SIAP/SACC. Elaborado pela COTEF.

## Cooperação não-reembolsável

O Estado do Ceará tem avançado nas negociações de cooperações financeiras não reembolsáveis, notadamente aquelas relacionadas a acões complementares e/ou preparatórias de operações de crédito com organismos internacionais. Atualmente são sete cooperações, das quais duas estão em fase de desembolso (Mata Branca/GEF e PHRD/BIRD). O valor total das cooperações é de US\$13,56 milhões.

Tabela 12 - Acordos de Cooperação Técnica e de Cooperação Financeira Não-Reembolsável (US\$ mil)

Fundo	Projeto do Portfólio	Doação	Contra- partida	Total
GEF	Projeto Mata Branca	5.000	6.100	11.100
PHRD/BIRD	CIDADES I	850	0	850
Fundo Fiduciário de Cooperação Técnica Portuguesa	CIDADES II	139	0	139
Fondo General de Cooperación de Espana	CIDADES II	288	0	288
JSF	PROARES	560	140	700
INFRAFUND	CEARÁ III	400	80	480
JICA	Capacitação em PPP	-	-	-
	TOTAL	7.237	6.320	13.557

# Projeto Mata Branca

GEF: US\$5,0 milhões Contrapartida: US\$ 6,1 milhões

Ceará

Início: 02/08/07 Término: 30/05/12

# 3.1 Global Environment Facility - GEF (Projeto Mata Branca)

O Governo do Estado do Ceará, o Governo do Estado da Bahia e a Fundação Luis Eduardo Magalhães – FLEM firmaram, em 2/8/07, Acordo Tripartite para a execução do Projeto de

Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga (Projeto Mata Branca) que conta com a doação de US\$ 10 milhões do Global Environment Facility (GEF), fundo mundial para o meio ambiente gerido pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Referido projeto objetiva contribuir para a preservação, conservação e sustentação do bioma caatinga, que no Ceará abrange uma área de 92%. Dos recursos da cooperação, 50% são destinados ao Estado do Ceará, que executará suas ações por intermédio do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM, e os demais 50% para o Estado da Bahia. As contrapartidas são de US\$ 6,1 milhões de cada Estado e seus parceiros federais e municipais.

No Ceará, 68 municípios serão contemplados com ações do projeto, que pretende fortalecer as regiões da caatinga, reabilitar áreas críticas, trabalhar a gestão de água e solo de forma destacada, além de conservar o uso sustentável da biodiversidade.

Em prosseguimento ao trabalho iniciado no ano passado, foram realizadas reuniões de integração e socialização das atividades desenvolvidas pelo CONPAM com a equipe do Projeto Mata Branca. Também foi contratada consultoria para a realização de diagnóstico sobre a situação dos Conselhos Municipais de defesa do Meio Ambiente/CONDEMAS, estabelecendo diretrizes para o processo de qualificação e efetividade dessas instâncias colegiadas.

### 3.2 Japan Policy and Human Resources Development Fund - PHRD

### (Programa Cidades do Ceará - Cariri Central)

A Secretaria das Cidades executou o Acordo de Doação TF090852-BR, celebrado entre o Estado do Ceará e o BIRD, no valor de US\$ 850 mil, provenientes do *Japan Policy and Human Resources Development Fund* (PHRD). Essa cooperação financeira não-reembolsável custeou os investimentos necessários à preparação do Programa

#### PHRD/BIRD TF090852-BR

PHRD/BIRD: US\$850 mil Contrapartida: Não tem

> Início: 08/10/07 Término: 31/05/09

Cidades do Ceará - Cariri Central, tais como Estudos de Trânsito e Transportes, Estudo de Salvaguardas Ambientais, Projetos Executivos de diversas intervenções do Programa, além de aquisição de equipamentos de informática e mobiliário para a Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP. Os pagamentos de contratações de planos e projetos executivos não concluídos dentro do período de vigência da doação serão custeados pela fonte Tesouro do Estado.

## 3.3 Fundo Fiduciário de Cooperação Técnica Portuguesa e Fondo General de Cooperación de España

(Programa de Desenvolvimento Urbano de Pólos Regionais – Cidades do Ceará II)

Para apoiar a preparação do Programa Cidades do Ceará II, foram celebrados em outubro dois acordos de cooperação financeira não reembolsável no valor total de US\$ 426.500, originários de fundos administrados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Fundo Fiduciário de Cooperação Técnica Portuguesa participará com US\$ 138.500, por meio da empresa SPI que realizará planos, projetos e ações que objetivam dinamizar a atuação do setor privado nas regiões de abrangência do Programa.

O Fondo General de Cooperación de Espana participará com US\$ 288.000, por meio da empresa Iber-Geo que desenvolverá uma Avaliação Ambiental Estratégica para o Programa.

# **3.4 Japan Special Fund - JSF** (PROARES II)

Foi celebrado em dezembro/08 o acordo de cooperação financeira não reembolsável no valor de US\$ 560.000, com recursos oriundos do *Japan Special Fund* (JSF), fundo administrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O

### Fundos BID

Fundos/BID: US\$426,5 mil Contrapartida: Não financeira

> Início: 1/5/2009 Término: 1/11/09

#### JSF/BID

JSF/BID: US\$560 mil Contrapartida: US\$ 140 mil

Início: A iniciar

Estado aportará uma contrapartida de US\$ 140.000 nesta cooperação.

Referida doação financeira tem como finalidade preparar e apoiar a execução do Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará – PROARES II, que é uma ação do Governo do Estado para a execução e fortalecimento da estratégia de desenvolvimento social, por meio de um programa de investimentos sociais voltados para crianças e jovens pertencentes ao segmento mais pobre da população.

Os recursos dessa cooperação financeira destinam-se a atender dois componentes: (i) Capacidade de desenvolvimento de um serviço social efetivo para a recuperação de crianças e jovens em situação de risco; e (ii) Projeto e execução de monitoramento e Sistemas de avaliação.

# 3.5 Infrastructure Fund – Infrafund

(Projeto de Melhoria da Gestão de Infraestrutura)

Está previsto para ser assinado em maio, com o BID, o Acordo de Cooperação Financeira Não-Reembolsável, no valor de US\$ 400.000, proveniente do Fundo para a Preparação de Projetos de Infraestrutura — InfraFund. Esse apoio financeiro se destina à Preparação de um Programa Piloto de Manutenção Rodoviária.

O objetivo principal da Cooperação está voltado para o desenvolvimento dos estudos, procedimentos e instrumentos de um sistema de conservação por resultado ou níveis de serviço, que o Departamento de Edificações e Rodovias - DER pretende aplicar, de maneira experimental, numa extensão de 500 a 600 Km da malha rodoviária estadual, por um período de cinco anos.

### 3.6 Japan International Cooperation Agency - JICA

(Programa de Parcerias Público-Privadas)

### INFRAFUND/BID

Infrafund/BID: US\$400 mil Contrapartida: US\$ 80 mil

Início: A iniciar



Esta cooperação envolveu a participação da servidora Thais Amaral Lucena da SEPLAG no curso Private Sector Initiative in Public Services, integrante do programa de treinamento em grupo, patrocinado pela JICA.

O treinamento foi estruturado em três etapas, sendo uma de estudo presencial em Tóquio/Japão, realizada no período de 2 a 26/fevereiro/2009. As demais fases se referem à elaboração de estudos e relatórios acerca do Programa de PPP no Estado e o desenvolvimento de propostas. Esse processo de capacitação foi concluído em abril/2009.

## Parcerias Público-Privadas

Contato

#### Grupo Técnico de PPP

Mário Fracalossi Júnior - Coordenador mario.fracalossi@seplag.ce.gov.br 3101-4526

Em 2004, o Estado do Ceará identificou na Parceria Público-Privada/PPP mais uma alternativa alavancar os investimentos na perspectiva desenvolvimento social, por meio da possibilidade em produzir novos ativos, cujas gestões pudessem contribuir com novos indicadores e padrões de desembenho. utilizando novas operacionais quando comparados com aquelas desenvolvidas por órgãos estatais, não obstante a redução de custos e universalização dos serviços ofertados. E com esse propósito, por meio da Lei nº 13.557, de 30/12/04, instituiu o Programa de Parcerias Público-Privadas - PPP, destinado a disciplinar a atuação de agentes privados, no âmbito da administração pública direta e indireta, para implantação de serviços e atividades de interesse público, inclusive execução de obra, manutenção ou infra-estrutura pública. operacionalizar Programa, aludido conforme preconizado no artigo 3º dessa Lei, expediu o n° 28.163/2006, Decreto disciplinando funcionamento do Conselho Gestor de Parcerias Público Privadas – CGPPP.

Entretanto, apesar de até meados de 2009, o Estado do Ceará não ter implementado seu Programa de PPP, a possibilidade de sua operacionalização acarretou a revisão de sua base legal em nível estadual. E em decorrência de análises técnicas e jurídicas realizadas pela SEPLAG, SESPORTE e PGE, foram detectadas algumas divergências com a legislação federal. E nesse contexto, demonstrou-se imprescindível à revogação legislação vigente, tendo visando à sua completa adequação à Lei Federal 11.079/2004, bem como à correção dos equívocos terminológicos observados.

É importante considerar, outrossim, que há à época, já existiam projetos definidos como prioritários no Estado do Ceará a serem realizados sob o formato de Parceria Público-Privada. E dessa forma, a adequação da vigente legislação estadual se impôs

como um imperativo de racionalidade e de segurança jurídica.

Como resultado dessas ações foi estabelecida uma nova legislação sobre PPP para o Estado do Ceará, materializada na Lei nº 14.391, de 07/07/2009, que instituiu as novas normas para licitação e contratação de PPP, bem como no Decreto nº 29.801, de 10/07/2009, que dispôs sobre o Conselho Gestor de PPP – CGPPP.

A partir da nova regulamentação, por meio da Portaria 620/2009, foram designados os membros do Grupo Técnico de Parcerias/GTP, e iniciados os estudos técnicos para a efetivação de dois projetos de parceria público-privada: PPP – Castelão e PPP – Vapt-Vupt, detalhadas a seguir:

### 4.1 PPP - Castelão

Trata-se da primeira iniciativa concreta de implementar o Programa Estadual de PPP do Ceará. Seus trabalhos foram iniciados com a perspectiva de Fortaleza ser escolhida como uma das sedes da Copa FIFA 2014. A confirmação de Fortaleza aconteceu em 31 de maio de 2009.

Antes mesmo da atualização da legislação sobre PPP, o Estado do Ceará começou a analisar as possibilidades de financiamento dos gastos relativos à reforma e operacionalização do "Castelão". Em 30/01/2009, o Decreto n° 29.635/2009, autorizou, mediante manifestação de interesse, o Consórcio formado pelas empresas Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A., Somague Engenharia S.A. do Brasil e Fujita Engenharia Ltda a realizar projetos complementares e estudos técnicos, econômicos e financeiros para subsidiar a análise de viabilidade e estruturação do Projeto da PPP Castelão. O prazo para conclusão dos estudos foi prorrogado por meio do Decreto nº 29.775, de 5/6/2009, e do Decreto nº 29.792, de 2/7/2009. Prazo final para a apresentação dos estudos foi 10/7/2009.

Nesse período foi realizada uma série de reuniões encabeçadas pela Secretaria de Esporte/SESPORTE com outros órgãos do governo e em 27/12/2009 o

### PPP CASTELÃO

Ferruccio@esporte.ce.gov.br 3101-4401



GTP emitiu um parecer conclusivo favorável, que foi submetido à apreciação do CGPPP, que expediu a Resolução CGPPP n° 01/2009, de 28/12/2009, autorizando a abertura de licitação e aprovação do edital para contratação da PPP – Castelão.

Referido edital será lançado publicado em janeiro de 2010.

Os próximos passos consistirão nas providencias prévias ao lançamento do edital: consulta e audiência públicas.

## 4.2 PPP – Vapt-Vupt

A PPP Vapt-Vupt constitui-se no segundo Projeto a ser inserido no Programa de PPP do Ceará. O seu objeto consiste na requalificação e expansão do Programa de Cidadania, de atendimento e prestação de serviços aos cidadãos, da Secretaria de Justiça e Cidadania/SEJUS, por meio da construção e operação de 5 unidades de atendimento ao cidadão: 3 em Fortaleza (Centro, Messejana e Bezerra de Menezes), 1 em Sobral e 1 em Juazeiro do Norte.

Em 17/8/2009, o Decreto nº 29.830/2009, autorizou, mediante manifestação de interesse, o Consórcio formado pelas empresas Construtora Marquise S/A e Shopping do Cidadão Serviços e Informática Ltda a realizar projetos e estudos técnicos, econômicos e financeiros para subsidiar a análise de viabilidade e estruturação do Projeto da PPP Vapt-Vupt. O prazo para conclusão dos estudos foi prorrogado por meio do Decreto nº 30.149, de 31/3/2010, devendo a apresentação dos estudos ter sido realizada até 15/12/2009, mas foi solicitada sua prorrogação por não ter sido possível conclui-los na data aprazada.

As reuniões entre os órgãos do Estado do Ceará e o Consórcio supracitado foram iniciadas, restando avançar nas análises técnicas pertinentes.

### Contato PPP CASTELÃO

Ferruccio Petri Feitosa abreu@sejus.ce.gov.br 3101-4401

## Considerações finais

A carteira ativa de operações de crédito do Estado do Ceará, que trata das operações em desembolso, contempla **vinte projetos**, Desses, dezenove têm o Estado como mutuário e um, em que a CAGECE é a mutuária do BID, o Estado é garantidor frente à União e é responsável pelo aporte da contrapartida local

O valor total contratado desses 20 projetos equivale a aproximadamente **R\$ 2,540 bilhões** e o saldo a desembolsar é de, aproximadamente, **R\$ 1,67 bilhões.** Os desembolsos realizados no ano de 2009 somaram **R\$ 658,0 milhões**.

A execução de gastos financiados por operações contratadas pela administração direta, representada pelos empenhos realizados, atingiu **R\$ 574,3 milhões no ano, representando 49,7%** da previsão orçamentária (LOA+créditos adicionais). A execução total das fontes de operações de crédito, que compreendem também as operações em negociação e os contratos da administração indireta, chegou a 32,1%. A aplicação em investimentos, de todas as fontes de recursos, alcançou 40,54% do esperado para o exercício que foi de R\$4,8 Bilhões.

O Estado do Ceará estava preparando **16 operações de crédito**. Esses financiamentos totalizam R\$ 2,974 bilhões, sendo 37,1% provenientes de instituições financeiras internacionais (BID, BIRD, CAF e EXIMBANK) e 62,9% de bancos brasileiros (BNDES e CAIXA).

Com relação aos convênios de receita e aos contratos de repasse, os órgãos do Estado do Ceará cadastraram 168 propostas no SICONV, dos quais 68 foram celebrados, em um total de R\$ 222,3 milhões. Ainda em relação aos convênios, encontravam-se cadastrados e validados no SACC **201 convênios**, com valores totais conveniados da

ordem de **R\$ 4,0 bilhões**. No entanto, considerando que 88 convênios estavam vencidos ao final do ano, o saldo disponível da União (Concedente) para os **113 convênios vigentes** era de **R\$ 3,5 bilhões**. Apesar deste montante expressivo, na previsão orçamentária de 2009, constavam somente R\$1,293 bilhões no grupo investimentos de transferências voluntárias, dos quais foram empenhados R\$303,1 milhões, que representa 23,45% de execução financeira.

A Cooperação Financeira Não-reembolsável com o Estado do Ceará conta com dois acordos em execução: Projeto Mata Branca, de US\$ 10 milhões, com recursos do GEF; o Projeto de Preparação do Programa Cidades I, de US\$ 850 mil, com apoio do PHRD.

Outros quatro acordos, num total de US\$1,607 milhões estão em elaboração, com os seguintes objetivos: (i) Apoiar a Preparação do Programa Cidades do Ceará II, provenientes do Fundo Fiduciário de Cooperação Técnica Portuguesa e do Fundo Geral de Cooperação da Espanha, ambos administrados pelo BID; (ii) Apoiar a Preparação e Implementação do Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará – PROARES II, com o patrocínio do JSF/BIRD; (iii) Apoiar a Preparação do Programa Piloto de Manutenção Rodoviária, oriundos do Fundo para a Preparação de Projetos de Infra-estrutura – InfraFund/BID.

Foi concluída a cooperação técnica com a JICA, relacionada a um curso de capacitação em PPP.

E por fim, o Programa de PPP do Estado do Ceará começou a dar os primeiro passos. Foram autorizados e iniciados os estudos dos projetos PPP Castelão e PPP Vapt-Vupt.

## **ANEXOS**

## Anexo 1. Descrição das Operações de Crédito Ativas

Os dados de execução física de cada projeto, constantes deste Anexo, foram informados pelas secretarias executoras, mediante consulta específica, ou extraídos do WebMapp.

### I.CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

### Pró-Moradia:

Os financiamentos ao amparo do Programa Pró-Moradia, cuja execução compete à Secretaria das Cidades, contemplam oito contratos em fase de execução para projetos de urbanização de áreas e construção de conjuntos habitacionais na Região Metropolitana de Fortaleza, com interferências na margem direita do Rio Maranguapinho. Concluídas as obras em Fortaleza, referente aos serviços de Urbanização, Infraestrutura e 2.181 unidades habitacionais (UH), sendo: ALVES DE LIMA - Entrega realizada em 04/2008 de 310 UH concluídas; SANTANA - localizado no loteamento Jardim Violetas, no bairro do Barroso tendo sido concluída em fev./08 245 UH; DOM HÉLDER CÂMARA - Entrega de 864 UH realizada em jun/09; REASSENTAMENTO GENGIBRE - Construção de 658 casas, 370 entregue em 2008 e com previsão de conclusão das demais no primeiro semestre/2009; OBRA DE URBANIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA DA LAGOA DO CORAÇÃO/ ARISTIDES BARCELOS E LAGOA DO GENGIBRE - Obra em andamento com previsão de 847 melhorias Habitacionais, das quais 250 já realizadas; 250 indenizações; URBANIZAÇÃO DA LOGOA DO TIJOLO - obras de requalificação ambiental da lagoa e de seu entorno, localizado no bairro Jardim das Oliveiras, já licitadas, porém não iniciadas, tendo as famílias ocupantes das áreas de risco sido reassentadas no Conj. Santana, faltando a retirada das famílias que optaram em receber indenização pelas suas benfeitorias; OSCAR ARARIPE - Entregues 110 UH em 2007. Trabalho Social continua sendo desenvolvido com as famílias beneficiadas como: Educação Sanitária e Ambiental, Geração de Renda e Organização Comunitária. Dentre as 1.604 UH prevista para o interior do Estado, 1.594 foram concluídas.

### **Pró-Saneamento:**

Os financiamentos ao amparo do Programa Pró-Saneamento, cuja execução compete à Secretaria das Cidades contemplam atualmente oito contratos para execução de obras de esgotamento sanitário e de abastecimento d'água em diversos municípios do interior do Estado, bem como na Região Metropolitana de Fortaleza/RMF.

Dentre as ações já executadas, destacam-se: a execução de 12.698m de rede coletora e de 692 ligações domiciliares em Jericoacoara, o desassoreamento do interceptor oceânico de Fortaleza, a instalação de aproximadamente 10.000m de subadutoras na RMF, a construção de laboratórios e unidades de filtração no interior do Estado, e implantação do sistema de esgotamento sanitário no município de Granja. Todos os contratos deverão ter suas ações concluídas até dezembro/2010.

### Caminho da Escola

Assegurará condições de acesso aos alunos do ensino fundamental e médio da rede pública, residentes na zona rural, mediante a aquisição de transporte escolar com padrão de qualidade para cessão aos municípios que aderirem ao Programa Caminho da Escola, regulamentado

pela Resolução FNDE/CD/n° 11, de 25 de abril de 2008, compreendendo 294 ônibus escolares.

O contrato foi celebrado em 11/11/2009 e a SEDUC solicitou à CAIXA o primeiro desembolso e autorização para que os fornecedores faturassem o primeiro lote de ônibus. Seriam Deverão ser entregues, no começo de 2010, 100 ônibus aos primeiros 22 municípios que aderiam ao Programa.

### **II.BNDES**

### Aproveitamento do Potencial Hidroagrícola do Estado do Ceará:

O Programa de Aproveitamento do Potencial Hidroagrícola, cuja execução compete à Secretaria do Desenvolvimento Agrário, prevê a implantação de atividades produtivas visando a sustentabilidade das 1.800 famílias atingidas pela barragem do açude Castanhão nos setores de fruticultura, pecuária, piscicultura e dotando o município de Jaguaribara de infra-estrutura que possibilite a implantação de agroindústria. Até o presente estágio de execução, destaca-se a elaboração de projetos executivos, montagem e instalação de equipamentos on-farm e off-farm, montagem de equipamentos de irrigação, construção de galpão de insumos, depósito de defensivos agrícolas, packing house, conclusão de estradas de acesso, dentre outras ações.

### **Infra-estrutura Pública para o Aquiraz Resort:**

O Programa de Infra-estrutura Pública para o Aquiraz Resort, cuja execução compete à Secretaria do Turismo, contempla a implantação de acesso viário, energia elétrica e saneamento para possibilitar a atração de investimento privado na construção de um Complexo Turístico-Hoteleiro-Imobiliário, denominado Aquiraz Golf & Beach Villas, de acordo com o Contrato de Retificação e Ratificação do Protocolo de Intenções assinado em 24 de janeiro de 2003, datado de 18/4/2006, entre o Governo do Estado do Ceará, a Prefeitura Municipal de Aquiraz e o Grupo Empresarial que implantará o empreendimento.

Em relação às obras/serviços de engenharia para implantação da infraestrutura de água e esgoto encontravam-se com 81,68% e 85,48% de execução, respectivamente.

Sobre a rede de energia elétrica, orçada em cerca de R\$ 12 milhões, e que permitirá o funcionamento seguro dos empreendimentos: a rede aérea estava pendente de análise da COELCE para início; a rede subterrânea tinha 90% de execução; a implantação subestação restou paralisada em decorrência de demanda jurídica junto a PGE.

### **METROFOR - Trem Metropolitano de Fortaleza:**

Corresponde à contrapartida estadual para os convênios firmados com a União em 2005 e em 2007, integrando o Programa de Aceleração do Crescimento/PAC, destinado à conclusão da Linha Sul do metrô de Fortaleza, com extensão de 24,1Km, entre a Estação Vila das Flores e a Estação João Felipe, contando com treze estações. Os recursos serão aplicados na execução de obras civis, que compreendem a construção de estações, de vias permanentes, de viadutos rodoviários e ferroviário/pontes, de passarelas, de túneis, dentre outras intervenções. Com o efetivo cumprimento desta meta, será possível ofertar à população da Região Metropolitana de Fortaleza um serviço de transporte rápido, seguro e confortável, por meio de um sistema integrado com capacidade de oferta de 350.000 passageiros/dia, sendo estimado seu

incremento para 605.000 passageiros/dia quando da implantação do sistema metroviário da Linha Oeste em 2014.

## Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais – PMAE

Os financiamentos ao amparo do PMAE, cuja execução compete à Secretaria da Fazenda, Objetiva reestruturar os Postos Fiscais para automatizar as operações fiscais, com resultados práticos no combate à sonegação e aumento da arrecadação, assim como atualizar o parque tecnológico de toda a SEFAZ, oferecendo serviços de maior qualidade e agilidade aos contribuintes. Abrangerá a implantação de um Plano Diretor de Certificação Digital, bem como a aquisição de scanneres, leitores biométricos e outros equipamentos como implantação do SIGET.

### Terminal de Múltiplo Uso - TMUT

Os financiamentos ao amparo das obras do Terminal de Múltiplo Uso/TUMT do Complexo Industrial e Portuário do Pecém/CIPP, cuja execução compete à Secretaria da Infra Estrutura e a CEARÁPORTOS, contemplam a construção do Pier 3 do Porto do Pecém. Essa importante obra vai permitir a transferência das operações de contêineres e carga geral do Píer 1 para esta nova instalação, ficando assim o Píer 1 liberado para operações com carvão e minério de ferro, além de outros granéis sólidos, diversificando os tipos de cargas movimentadas no Terminal.

Além disso, as operações com cargas conteinerizadas passarão a ser realizadas em terminal projetado para este fim, apresentando condições operacionais muito superiores às existentes no Píer 1, permitindo a instalação de modernos equipamentos, como portêineres e transtêineres, profundidade de 18 metros, dois berços com 350 metros, retroárea contígua ao cais com pátio de estocagem de 87.400 metros quadrados e ainda a ampliação do número de tomadas frigoríficas em mais 480 unidades, dentre outras vantagens.

O TMUT, que faz parte do projeto de expansão do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, deverá ficar pronto até dezembro de 2010, quando estará apto a receber grandes empreendimentos como a siderúrgica e a refinaria. As obras de ampliação constam de: prolongamento de 1.000 metros do quebra-mar existente, que passará a ter um total de 2.770 metros; construção de dois berços de atracação contínuos, com extensão total de 760 metros de comprimento, sendo 700,0 metros de cais acostável visando acomodar navios contêineres de última geração; e implantação de linha de guindastes para descarregamento e carregamento de contêineres; retroárea para pátio de estocagem com cerca de 87.400 metros quadrados.

Está prevista ainda a ampliação da ponte que dá acesso ao terminal, em 363 metros de extensão, com pista dupla, passeio, guarda-rodas e sistema de iluminação; instalação de energia elétrica, abrangendo geração de energia, alimentadores, subestação, distribuição de media tensão e baixa tensão, tomadas, para contêineres frigorificados, água tratada, telefonia, telemática, sistema de combate a incêndio e sistema de controle automatizado das instalações. A ponte passará dos atuais 2.160 metros de cumprimento para 2.523 metros. Está prevista ainda a implantação de edificação para balança rodoviária, prédio de apoio operacional/administrativo, casa de bombas de incêndio, subestação e guarita.

### III.BNB

### PRODETUR II - Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (BNB/BID):

Os financiamentos ao amparo do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, cuja execução compete à Secretaria do Turismo, contemplam construção ou reestruturação de estradas, ações de saneamento básico, construção de equipamentos turísticos, recuperação e o controle ambiental das praias, mananciais e lagoas, bem como a urbanização do entorno e a criação das Unidades de Conservação e Educação Ambiental. Desde a assinatura dos contratos, no segundo semestre de 2005, foram concluídos os planos diretores dos municípios de Amontada, Itarema e Granja; elaborado o projeto executivo do aterro sanitário de Paracuru; realizadas obras de urbanização das praias do Pecém e da Taíba, adquiridos sete veículos e construídos trechos da rodovia estruturante CE-085 (Granja-Viçosa).

### IV. BID

### **PROARES II**

O Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará ofertará serviços básicos de assistência a crianças e jovens de 0 a 25 anos, com ações de educação, lazer, esporte, cultura, iniciação profissional, proteção jurídico-social e medidas sócio-educativas.

Em 2008, 23 municípios foram beneficiados com a execução de cinqüenta equipamentos sociais, envolvendo antecipação de R\$ 25 milhões do tesouro Estadual. Em 2009, as ações do programa incluem mais vinte municípios, já selecionados. A operação foi contratada com o BID em 22/12/2009.

#### Programa Rodoviário – Ceará III

O Programa se destina à preservação do patrimônio rodoviário estadual, com a reabilitação, duplicação e pavimentação de rodovias que favorecerão a integração e os acessos aos Pólos de Desenvolvimento do Estado, reduzindo o custo de transporte e atendimento aos reclames da população, criando condições de acessibilidade dos moradores das regiões do Estado contempladas com as obras, melhorando, sobremaneira, as condições logísticas do estado, aumentando a sua competitividade econômica. A operação foi contratada com o BID em 22/12/2009.

### Projeto Melhoria e Expansão da Assistência Especializada à Saúde do Estado do Ceará

O Programa financiará a construção do hospital regional na zona norte do Estado, no município de Sobral, de nove Policlínicas do Tipo II (localizadas em: Barbalha, Campos Sales, Caucaia, Crateús, Iguatú, Maracanaú, Quixadá, Sobral, Tianguá) e de onze Centros de Especialidades Odontológicas/CEO (Brejo Santo, Camocim, Canindé, Caucaia, Crateús, Icó, Itapipoca, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Pacajus, Quixeramobim). O Projeto proverá ainda a todas as 38 novas unidades de saúde a serem instaladas no Estado do Ceará ações de fortalecimento institucional, constituídas de capacitação e formação de Recursos Humanos, certificação e acreditação de unidades de saúde, bem como implantação de Sistemas de Informação em Saúde que permitirão realizar monitoramento e avaliação das instituições envolvidas, garantindo assim a qualidade das ações ofertadas. A operação foi contratada com o BID em 22/12/2009.

### SANEAR II - Programa de Infra-estrutura Básica e Saneamento do Estado do Ceará:

Os financiamentos ao amparo do Programa SANEAR II, cuja execução compete a CAGECE, Destina-se à ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água e implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário em diversos pólos econômicos e turísticos do Estado do Ceará; ampliação da cobertura do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza. Por meio desse projeto, foram implantadas mais de 14,5 mil ligações de esgoto e aproximadamente 500 ligações de água e instalados 292 mil hidrômetros. Suas obras de implantação já atingiram uma extensão de 107.913 metros de rede de esgotamento sanitário, levando o serviço de saneamento básico a cerca de 76 mil pessoas. São quatorze os bairros na cidade de Fortaleza beneficiados com o Programa, entre eles: Quintino Cunha; Antônio Bezerra; Presidente Kennedy; Álvaro Weyne; Amadeu Furtado; Carlito Pamplona; Monte Castelo; Vila Ellery; Parque Araxá; Parquelândia; Barra do Ceará; Floresta; Jardim Guanabara e Jardim Iracema.

### Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará - PROFISCO

Os financiamentos ao amparo do Programa PROFISCO, cuja execução compete à Secretaria da Fazenda, cujo escopo foca o combate à sonegação, evasão fiscal, ampliação da base tributária com redução da informalidade, o cumprimento das metas de arrecadação e desoneração de setores específicos, dando suporte financeiro para alavancar a capacidade de investimento do Estado com recursos próprios. O PROFISCO contempla Cadastro Sincronizado, Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital (SPED FISCAL), Sistema Público de Escrituração Contábil Digital (SPED CONTÁBIL) e partes dos projetos de reestruturação da área de tecnologia da informação e de automação dos postos fiscais, além da aquisição de scanners para os postos de fronteira.

### V. BIRD

## Projeto de Apoio a Inclusão Social e ao Crescimento Econômico no Ceará (Operação SWAP - Sector Wide Approach)

Os financiamentos ao amparo do Programa SWAP, cuja execução compete à Secretaria do Planejamento e Gestão, bem como ao IPECE, destina-se ao fortalecimento da gestão do governo direcionada ao objetivo da promoção da inclusão social e do crescimento econômico, mediante uma agenda de investimentos programados no PPA 2008 – 2011, ligados à gestão do setor público, à prestação de serviços sociais de educação, de saúde e de saneamento e de promoção do crescimento econômico do Estado.

A operação SWAP, por sua característica de abordagem intersetorial, vincula os desembolsos ao cumprimento de metas físico-financeiras, definidas numa base de Programas Elegíveis, prevendo também um componente de Assistência Técnica (AT).

Tabela 13 - SWAP II - Programas de Despesas Elegíveis

041 – Padrões Básicos das Escolas	554 – Gestão do Trabalho e Educação na Saúde		
048 – Qualidade da Educação Básica nas Zonas Escolares	711 – Saneamento Ambiental do Ceará  033 – Ceará Digital  194 – Fortalecimento do Ensino Profissionalizante e Superior		
Rurais e Urbanas			
058 – Cooperação entre Estados e Municípios			
535 – Serviços de Saúde Secundários e Terciários	196 – Inovação tecnológica, pesquisa e desenvolvimento		
536 – Serviço de Saúde Primário	científico.		

Os Programas de Despesas Elegíveis, listados na Tabela 12, estão incluídos no PPA e na Lei Orçamentária, devendo a execução orçamentária de cada programa atingir pelo menos 70% de sua previsão em cada período de doze meses.

Informações detalhadas sobre a operação podem ser obtidas em http://www2.ipece.ce.gov.br/SWAP.

## Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará (Cidades do Ceará - Cariri Central)

Os principais objetivos do projeto são: a) criar novas oportunidades de geração de emprego e renda na região do Cariri, contribuindo para aumentar sua capacidade de polarização, de atração populacional e de dinâmica econômica; b) promover o fortalecimento da base econômica regional; c) promover a estruturação urbano-regional e a oferta de bens e serviços urbanos; d) contribuir para a redução das desigualdades inter-regionais; e e) promover a melhoria dos processos de Gestão do Desenvolvimento Regional. A operação foi contratada com o BIRD em 22/12/2009.

### <u>Projeto de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos do Ceará (PROGERIRH II) -</u> Financiamento Adicional

Os principais objetivos do Projeto estão associados ao cumprimento de metas de: Fortalecimento institucional dos órgãos de planejamento e gestão de recursos hídricos do Estado do Ceará (SRH, COGERH e SOHIDRA); Elaboração de planos de gerenciamento de sistemas hídricos e de planos de operação e manutenção de infra-estrutura hídrica; Preparação de estudos de recursos hídricos ou pesquisas aplicadas, de estudos ambientais, de estudos de disponibilidade hídrica e de estudos de identificação de obras hídricas; Elaboração de projetos de engenharia para execução de obras de infra-estrutura hídrica, acompanhados das respectivas avaliações de viabilidade, de forma a montar um banco de bons projetos para execução futura; Implantação de novas obras de infra-estrutura hídrica. A operação foi contratada com o BIRD em 22/9/2009.

### VI. KFW

### Programa de Saneamento Básico do Ceará II – Saneamento Rural:

Os financiamentos ao amparo do Programa de Saneamento Rural, cuja execução compete à Secretaria das Cidades, visam contribuir para a melhoria das condições de saúde pública de comunidades rurais por meio da implantação de sistemas de abastecimento de água potável com ligações domiciliares hidrometradas e sistemas de esgotamento sanitário coletivo ou individual, inclusive com módulos sanitários domiciliares; garantir o funcionamento dos sistemas implantados através da gestão desenvolvida pelo modelo Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar). Esta operação, contratada em dezembro/2005, tem suas ações executadas pela CAGECE, e já beneficiou mais de 3.500 famílias. Ao final do Programa estarão implantados oitenta sistemas de abastecimento de água e quinze de esgotamento sanitário, beneficiando 35.000 e 16.500 famílias, respectivamente, com intervenções nas Bacias do Banabuiú, Baixo e Médio Jaguaribe, Acaraú e Coreaú. O prazo de execução foi renegociado e estendido até 2013.

### VII. MLW Intermed

### Modernização Laboratorial para Fortalecimento da Pesquisa e Inovação Tecnológica, Prestação de Serviços, Certificação e Metrologia no Estado do Ceará:

Os financiamentos ao amparo do Programa de Modernização Laboratorial, cuja execução compete a SECITECE, objetiva a Ampliação da infra-estrutura de equipamentos de ensino e pesquisa científica e tecnológica das Universidades Estaduais, dos Institutos de Pesquisa, dos cursos de medicina das Faculdades de Sobral e Barbalha, dos cursos de doutorado na área de tecnologia, da Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, bem como da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME e do Corpo de Bombeiros.

Trata-se de um contrato de compra financiada de equipamentos, firmado em junho/2006, tendo sido emitida a 1º Ordem de Compra no segundo semestre daquele ano, para aquisição de diversos materiais para instalação na UECE, UVA e UFC (este último em regime de comodato). Essa Ordem de Compra contemplou quatro embarques de mercadorias, que foram integralmente recebidas até maio/08. A 2ª Ordem de Compra, no valor de US\$ 4,1 milhões, foi realizada em junho/08, para equipar o Planetário do Centro Cultural Dragão do Mar, o Planetário de Sobral e laboratórios da UFC e da UVA, tendo ocorrido a liberação do 1º embarque em março/2009 e do 2º embarque em agosto/2009.

Em novembro de 2009 foi assinado um Termo Aditivo ajustando as condições de pagamento dos pedidos de compra, mantendo-se inalteradas as demais condições, inclusive prazo.

### Anexo 2. Gestores do Estado responsáveis pelos Projetos Financiados

### 1. Responsáveis pelas operações de crédito ativas

SETORIAL RESPONSÁVEL	PROJETO	SERVIDOR RESPONSÁVEL	TELEFONE	E-MAIL
CIDADES	PRÓ-MORADIA	LUIZA DE MARILLAC XIMENES CABRAL	3101.4479	marillaccabral@cidades.ce.gov.br
SDA	APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA	JOSÉ MARIA FREIRE	3101.8151 3101.8047	josemaria@sda.ce.gov.br
SETUR	PRODETUR II INFRAESTRUTURA PÚBLICA AQUIRAZ	OLGA VALÉRIA BARBOSA TEIXEIRA	3101.4674	olga@setur.ce.gov.br
SRH	PROGERIRH II - FINANCIAMENTO ADICIONAL	MÔNICA HOLANDA	3102.4012	monicah@srh.ce.gov.br
CIDADES	CIDADES DO CEARÁ – CARIRI CENTRAL	EMANUELA RANGEL MONTEIRO	3101.4483	emanuela@cidades.ce.gov.br
CIDADES/CAGECE	PRÓ-SANEAMENTO	RICHARD FRANCIS BROWN	3101.1880	richard@cagece.com.br
CIDADES/CAGECE	SANEAMENTO RURAL	OTACIANA RIBEIRO ALVES	3496.1188	otaciana@cagece.com.br
CAGECE	SANEAR II	ALYSSON CESAR AZEVEDO DA SILVA	3101.1905	alysson@cagece.com.br
SECITECE	MODERNIZAÇÃO LABORATORIAL	RICARDO DA COSTA E SILVA	3101.6429	ricardo@sct.ce.gov.br
SEDUC	PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA	MÁRCIA OLIVEIRA CAMPOS	3101.3942	marciaoc@seduc.ce.gov.br
SEINFRA/METROFOR	METROFOR (CONTRAPARTIDA)	EDILSON ARAGÃO	3101.7142	aragao@metrofor.ce.gov.brlovis
SEINFRA/DER	PROGRAMA RODOVIÁRIO - CEARÁ III	FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE	3101.5717	ugp@der.ce.gov.br
SEINFRA	TERMINAL DE CARGA G. DO PECÉM - TMUT	GERARDO SANTOS FILHO		gerardosantos@seinfra.ce.gov.br
SESA	EXPANSÃO E MELHORIA DA ASSIST. ESPECIALIZADA EM SAÚDE	RÉGIS DANTAS	3101.5117	regisdantas@saude.ce.gov.br
STDS	PROARES II	ROBERTO LUIZ LIMA RODRIGUES	3101.2110	robertoluiz@stds.ce.gov.br
SEFAZ	PMAE PROFISCO	SANDRA MARIA OLÍMPIO MACHADO	3101.9113	sandra@sefaz.ce.gov.br
SEPLAG	PROGRAMA EMERGENCIAL DOS ESTADOS – PEF I	MÁRIO FRACALOSSI JÚNIOR	3101.4526	mario.fracalossi@seplag.ce.gov.br
SEPLAG / IPECE	SWAP II - CRESC. ECON. C/ INCLUSÃO SOCIAL	EVELINE BARBOSA		eveline@ipece.ce.gov.br

### 2. Responsáveis pelas operações de crédito a contratar

SETORIAL RESPONSÁVEL	PROJETO	SERVIDOR RESPONSÁVEL	TELEFONE	E-MAIL	
	DESENV. URBANO DE PÓLOS REGIONAIS -CIDADES DO CE II	DANIELLE BRASIL	3101.3773	daniellebrasil@cidades.ce.gov.br	
CIDADES	PROJETO RIO COCÓ	SÉRGIO BARBOSA	3101.4485	sergiobarbosa@cidades.ce.gov.br	
	URBANIZAÇÃO DA FAVELA DO DENDÊ	SERGIO BARBOSA	3101.4403		
SEINFRA	TRANSPORTADOR DE CORREIAS DO TSID – 1ª e 2ª etapas		3101.3730	jfirmino@seinfra.ce.gov.br	
SLINI IVA	CARREGADOR DE PLACAS DO TMUT	JOAQUIM FIRMINO			
SEINFRA/METROFOR	ESTAÇÕES DO METRÔ DE FORTALEZA	JOAQUIN I IKWIINO			
SEINI KAMETKOI OK	VLT PARANGABA/MUCURIPE				
	PRODETUR Nacional – Ceará		3101.4660	olga@setur.ce.gov.br	
SETUR	CENTRO DE EVENTOS	OLGA VALÉRIA BARBOSA TEIXEIRA			
SETOR	PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO TURÍSTICA DO LITORAL OESTE	OLGA VALENIA BANDOGA TEIXEINA			
	AQUÁRIO DO CEARÁ				
SDA	PROGRAMA DE DESENV. RURAL SUSTENTÁVEL/PDRS (SÃO JOSÉ III)	JOSIAS FARIAS NETO	3101.8172	jfarias@sda.ce.gov.br	
SESPORTE	COPA 2014 – Estadio Castelão	FERRUCCIO PETRI FEITOSA		ferruccio@esporte.ce.gov.br	
SEDUC	CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	MÁRCIA OLIVEIRA CAMPOS	3101.3942	marciaoc@seduc.ce.gov.br	
SEPLAG	PROGRAMA EMERGENCIAL DOS ESTADOS – PEF II	MÁRIO FRACALOSSI JÚNIOR	3101.4526	mario.fracalossi@seplag.ce.gov.br	